

PORTUGAL DEMOCRÁTICO

ANO VIII — N.º 76 — SÃO PAULO, OUTUBRO DE 1963 — Redação: RUA CONSELHEIRO FURTADO, 191 S/2 — CAIXA POSTAL N.º 4.469



A República morreu. Viva a República!

ESTAMOS CONVOSCO!

No momento em que, dentro e fora de Portugal, os democratas portugueses recordam a data do 5 de Outubro de 1910 e os patriotas que tornaram possível essa grande vitória do povo irmão, o nosso pensamento, como dirigente sindical brasileiro, volta-se para os heróicos trabalhadores irmãos que nas fábricas, nas repartições, nas ferrovias, nos portos, nas minas e nos campos da Mãe Pátria prosseguem sem desfalecimentos e com redobrado vigor na sua luta cotidiana contra a odiosa opressão fascista de Salazar. É sobretudo o que nos traz à memória o grande exemplo do 5 de Outubro: a unidade de hoje, tão bela e tão forte como a de ontem, a ligar aqueles que combatem pela paz, pela Democracia e pelo Progresso, sejam eles católicos, comunistas, liberais ou de qualquer outra corrente política.

Sabemos qual é o preço da determinação da luta do povo português. Mas o sacrifício das centenas de patriotas que enchem os cárceres salazaristas não tem sido inútil. O seu heroísmo, os seus indivisíveis sofrimentos morais e materiais, a firmeza com que enfrentam a PIDE e a "Justiça" fascista são comovidamente acompanhados em todo o mundo. E particularmente — faço questão de salientá-lo — pelos trabalhadores de todo o Brasil. Podéis estar certos, todos vós, companheiros encarcerados nos presídios salazaristas, que estamos convosco, que não arrefeceremos na luta que travamos pela denúncia dos crimes dos vossos algozes

e pela vossa anistia, pela vossa liberdade. Heróis da classe operária portuguesa como Manuel Rodrigues da Silva, Joaquim Pires Jorge, Otávio Pato, Manuel Guedes, Adolfo Ramos, Ivone Lourenço, Maria da Piedade Santos, Oscar dos Reis, Luís Nogueira, António Lima, Aida Paula estarão permanentemente presentes em nossos corações. E como eles muitos outros, vítimas também do requilte fascista das "medidas de segurança", disfarce para a prisão perpétua. Não podemos esquecê-los nesta hora em que os democratas portugueses evocam a Revolução libertária de 1910.

PEDRO IOVINE — Presidente do Sindicato dos Empregados Bancários de São Paulo.

AOS MEUS IRMÃOS NUM PORTUGAL LIBERTADO

Durante os "Encontros Intelectuais", da Unesco, realizados em S. Paulo, em 1954, Paul Rivet, num comovente discurso, disse, dirigindo-se a numerosos intelectuais exilados que tomavam parte nesse comício cultural, que, ele, que fora exilado também, sentia um peso de consciência todas as vezes em que se encontrava com um homem de pensamento que, por motivo mesmo de suas idéias, não podia viver em sua terra. E interrogava-se não encontrando resposta que pudesse sossegar-lhe o espírito sobre se haveria feito tudo quanto estivesse em suas mãos para ajudar o mundo livre a esmagar os ditadores de modo a varrer-se da face da terra essa vergonha que era um exilado político.

Esse mesmo sentimento de culpa, tão admiravelmente expresso por um homem dentre os mais dotados de substância humana que tenho conhecido, também me remoe a consciência todas as vezes em que deparo com um homem livre no exílio. Daí a revolta profunda que sinto quando governos de países que se proclamam democráticos ou liberais reusam hospitalidade ou criam restrições aqueles que, não podendo viver em suas terras coagidos a submeter o seu pagamento à polícia, procuram agasalho em terra estranha onde possam amargar a tristeza e a vergonha de não poder ser homem livre! Eu fui exilado e estrangeiro, mais de uma vez e durante longos anos. E provei bem da amargura e das humilhações a que esta não exposto mas condenado um exilado. Sei bem da crueldade disso que por aí se chama nativismo e até patriotismo que não poupa a dignidade humana; que falta completamente o respeito para com um homem de bem e lúcido só por que tem de viver sob a tutela de um departamento que se encarrega da vigilância dos alienígenas. Familiarizei-me com o "status" de paria outorgado por exílio, que obriga a gente a fechar consolo mesmo as lágrimas e a vergonha do desprezo e do vexame de pertencer a um país esmagado por um ditador, que é sempre um atestado de vituperio cívico e moral.

Sei da dupla interrogação que, a respeito de um Estado que foi despedido de seu decoro político, se pode apresentar diante de um exilado: ou este é um homem de valor e então pergunta-se: que espécie de país é esse que não oferece clima para que nele viva um homem de valor? ou se trata de um indivíduo insignificante e então pergunta-se também: que espécie de país é esse que, para dar tranquilidade ao seu governo, precisa pôr para fóra

indivíduos de nenhum valor?... Conhecendo bem toda essa série de agravos, desprezos e humilhações e constrangimentos, coagido a suportá-los, a bebê-los, a triturá-los com os dentes durante longos anos, mais ainda pesa sobre mim essa opressão que levou Rivet ao seu desesperado desabafo em 1954, em S. Paulo, e, mais tarde, à publicação (Conclui na pág. 5)

PAULO DUARTE

Exortação ao Povo Português

Novo aniversário da Implantação da República, e um ano mais a somar aos trinta e cinco que o tirano português leva no poder dizendo continuamente que nele se mantém por sacrifício, a despeito das notórias e claras indicações de que o país o não tolera.

Exsudando apenas ódio nos sentimentos e obsoletismo nas idéias, o tirano, desprezado pela Nação e internacionalmente acossado, continua vivendo mercê da força policial que domina os desejos de organização e ação revolucionária oposicionista, e ainda da negação de apoio à Oposição pelas democracias ocidentais, estultamente a gozarem um oportunismo criminoso, sem darem conta da transformação crescente em ódio, dos sentimentos de amizade ou indiferença que os democratas portugueses mantinham pelas grandes nações do Ocidente.

Nesta hora em que, comovidamente, todos lembramos a pureza de intenções dos homens que geraram a primeira República, e bem assim a bravura da plebe que, praticamente sózinha, ganhou a revolta contra as forças monárquicas em 5 de Outubro de 1910, apraz-me exaltar junto do Povo Português toda a nossa fé na Sublevação Nacional que a Oposição, dentro e fora do país, afanosa e patrioticamente prepara.

- PORTUGUESES: uni-vos para esta grande cruzada!
- PORTUGUESES: inscrevei-vos na Frente Patriótica!
- PORTUGUESES: armai-vos, espiritual e materialmente!
- PORTUGUESES: central-vos contra o inimigo e não uns contra os outros, os da Oposição!
- PORTUGUESES: que cada qual, cada dia, cada momento, faça algo construtivo conducente ao prestígio e à queda do tirano!
- PORTUGUESES: só um parlamento deve declarar guerra ou determinar que a guerra seja a solução única para transcendentais problemas como é o da questão colonial!
- PORTUGUESES: vamos apertar o tirano! Vamos criar esse parlamento!
- PORTUGUESES: Viva a Pátria! Viva a Liberdade! Viva a II República!

Gen. HUMBERTO DELGADO

O CINCO DE OUTUBRO

A implantação da República em Portugal representou a concretização dos mais fundos anseios populares de democratização das estruturas nacionais: extermínio da miséria, direitos sociais para as classes trabalhadoras, liberdade política, moralização das instituições.

Um grande EXÉRCITO, na maior parte civil, preparou e alcançou esta importante vitória do povo português. Esse EXÉRCITO foi o antigo Partido Republicano Português, nas fileiras do qual se encontravam irmanados homens de variados matizes, que depois haviam de separar-se mas que tiveram o patriotismo e o sentido político necessários para conservarem firmemente a sua unidade até ao fim da grande batalha.

Estes dois aspectos do movimento nacional que preparou o CINCO DE OUTUBRO e nele culminou mantêm, nos dias de hoje, a mais viva actualidade.

Por esta razão, PORTUGAL DEMOCRÁTICO tem dado nos anos anteriores o devido realce à comemoração da Revolução republicana. Neste ano, a comissão de redacção do nosso jornal decidiu dedicar ao CINCO DE OUTUBRO a sua presente edição.

PORTUGAL DEMOCRÁTICO, jornal aberto a todas as correntes políticas anti-fascistas e que desde sempre se colocou ao serviço da unidade da luta contra o inimigo comum, desejou que este número fôsse um encontro de amigos brasileiros e de correligionários portugueses sem outros limites além dos da dedicação à causa da Democracia Portuguesa.

Na hora em que esta edição circular, quantos anti-fascistas, nas ruas de Lisboa, do Pôrto e de outras cidades e vilas de Portugal, estarão gritando bem alto o seu desejo de Liberdade, sofrendo embora as brutalidades da PIDE e arriscando-se aos piores sofrimentos.

Na segurança da emigração, todos nós temos de ser dignos desses corajosos companheiros. E sermos dignos deles é a melhor forma de sermos igualmente dignos dos heróicos combatentes que, há 53 anos, implantaram a República em Portugal.

PORTUGAL DEMOCRÁTICO lança um apêlo a todos os democratas portugueses no sentido de não tornarem vão o exemplo de patriotismo que o CINCO DE OUTUBRO encerra, fazendo, ao contrário, da comemoração desta data uma jornada de verdadeira confraternização republicana e democrática.

PORTUGAL DEMOCRÁTICO

Esta Edição de PORTUGAL DEMOCRÁTICO é Dedicada à Revolução Republicana do 5 de Outubro de 1910

R. Com. Furtado, 191, CP. 4469 — SP, Brasil

A emigração e o levantamento nacional

II MIGUEL URBANO RODRIGUES

Nunca a palavra **INSURREIÇÃO** andou tanto na boca dos democratas portugueses. Mas a confusão começa logo em torno do próprio significado do vocábulo. Paradoxalmente, muitas das pessoas que a usam, quando tratam de explicar o que entendem por ela, deixam transparecer imediatamente uma mentalidade golpista, orientada no sentido de táticas e objectivos golpistas. Há quem reduza a insurreição a mera consequência de uma conspiração, quando esta é precisamente o oposto daquela como tentativa organizada de uma minoria em face do movimento elementar da maioria. A história ensina-nos que enquanto os "complots", mais ou menos bem intencionados, são a decorrência da estagnação e do atraso de sociedades doentes — como é o caso de algumas repúblicas latino-americanas — a insurreição popular surge como o desfecho de uma rápida evolução das massas tendente a assegurar a vitória de um regime social sobre outro. O que não quer dizer, como já acentuámos em nosso último artigo, que a conspiração não tenha o seu lugar, e importante, no processo insurreccional. Embora espontânea, e inesperada até ao derradeiro instante para a maioria dos participantes, a insurreição é fecundada pelas idéias e pelos atos daqueles que a previram e prepararam. A conspiração pode facilitar o seu andamento, trazer-lhe condições de êxito seguro. Mas nunca substitua. Insistimos neste ponto, porque se não for devidamente entendida a relação entre conspiração e insurreição — o que numa é complemento ou oposto da outra — não há como sair de um diálogo de surdos.

Aliás, mesmo quando empregada na sua significação precisa, a palavra insurreição não deixa de ser ainda um pomo de discórdia ou, mais exactamente, uma fonte de possíveis confusões. Isso porque não é a mesma coisa preparar uma insurreição em regime democrático ou fazê-lo sob o domínio despótico de uma autocracia ou de um regime fascista. No caso português, o simples reconhecimento de que as condições objectivas, internas e externas, para a derrubada do fascismo salazarista são realmente favoráveis leva muitos democratas a invocar exemplos e fatos perfeitamente inaplicáveis — e inaplicáveis por se terem verificado em situações totalmente diferentes. Há, concretamente, os que sustentam estar tudo maduro para a insurreição. Faltaria apenas a falsa capa de trazer as massas para a rua! Bastaria distribuir armas ao povo ou ir buscá-las aos quartéis! E não faltam os que em defesa dessa tese romântica citem a Revolução de Outubro. Esquecem os que assim pensam que a Rússia saiu da Revolução de Fevereiro vivia sob um regime caracterizado pela dualidade de poderes, em que o governo carecia, inclusive, da força suficiente para impedir os agitadores revolucionários de promoverem combates nas unidades militares, convidando os soldados patriotas a aderirem à insurreição. Vale a pena recordar que, poucas horas antes do assalto ao Palácio de Inverno, a guarnição da fortaleza-chave de Pedro e Paulo, até aí indecisa, foi conquistada num "meeting" gigantesco em que elementos do Comité Central do Partido Bolchevista puderam arengar às tropas sem que ninguém os molestasse. E, contudo, o processo de uma insurreição é de tal forma complexo que, três meses antes, esse mesmo Partido preferia sofrer uma feroz repressão a desencadear prematuramente a luta pela derrubada do governo Kerensky.

Como aspecto particular da luta política, a insurreição armada está submetida a leis especiais, por muito que isso pese a certos democratas. Ela é, no dizer de Marx, "tal como a guerra, uma arte". Vejamos, resumidamente, quais as suas regras mais importantes, segundo o autor de "O Capital".

1 — Não brincar nunca à insurreição e uma vez ela começada ter presente que urge levá-la ao seu termo.

2 — Concentrar no lugar e momento decisivos forças muito superiores às do inimigo; de contrário este, melhor preparado, aniqui-

lará os insurrectos.

3 — Iniciada a insurreição, cabe-lhe tomar a ofensiva, forçosa e infalivelmente. A defensiva é a morte da insurreição armada.

4 — O inimigo deve ser colhido desprevenido, aproveitando o momento em que as suas tropas se achem dispersas.

5 — Importa obter êxitos a cada hora, mantendo a todo o custo a "superioridade moral".

Embora esteja longe de nós a idéia de interpretar de modo rígido estes pontos, a sua simples enunciação é esclarecedora. A existência em Portugal de uma organicidade da Oposição democrática — já não falamos dos meios — não permite a imediata preparação da insurreição armada.

A iniciativa histórica das massas, de que nos fala Marx, pode produzir epopéias como a Comuna de Paris, transformando a loucura em realidade, mas ela não prescindir de modo algum do trabalho de organização que lhe permite afirmar-se. Não serão, evidentemente "comandos da emigração" que, em desembarque audacioso poderão levar as massas a dar provas dessa vitalidade e dessa capacidade de iniciativa de que ninguém duvida. E muito menos os artigos e apelos incendiários vindos do Exterior.

O civil e o soldado patriotas que, no momento culminante, decidem da vitória da insurreição surgem, simultaneamente, como sujeito e objeto de um processo extremamente complexo. Ambos se temperam, amadurecem para os instantes decisivos no cadinho das lutas de massas, as pequenas e grandes lutas, como diz Alvaro Cunhal, desde "as reclamações dos operários e camponeses, às demonstrações de trabalhadores, às suspensões de trabalho e às greves, às manifestações de rua, às assembleias e lutas estudantis, às ações de resistência dos soldados e oficiais contra a guerra colonial".

Só assim, só através da intensificação das lutas de massas — que muitos democratas consideram superadas — do combate cotidiano, heróico, ampliado — se poderá abrir o caminho à insurreição. De nada serviria elaborar o plano tático mais perfeito se as massas não correspondessem no momento preciso ao que delas se exigisse. De nada valeria o talento e a dedicação de um grande "staff" revolucionário se não houvesse nas fileiras populares centenas de quadros sólidamente preparados, se em cada quartel, em cada grande fábrica, em cada porto, em cada centro vital do sistema de comunicações, em cada região agrícola não existissem soldados, operários, técnicos e camponeses revolucionários com a exata noção da responsabilidade e do papel a desempenhar. Será, perguntemos, que esse aparelho, existe em Portugal? A resposta, infelizmente, é negativa.

A insurreição de Petrogrado, em Fevereiro de 17, cuja vitória entregou os instrumentos do poder (ou, melhor dizendo, as insígnias do poder) à burguesia russa, constitui a esse respeito uma fonte de preciosos ensinamentos. O estado de espírito das massas atingira um ponto alto de tensão com as manifestações do "Dia das Mulheres". Mas a ligação entre operários e soldados parecia ainda frouxa. Foi nas ruas, no calor da luta que ela se cimentou. Quando o primeiro cossaco, revoltado com a ferocidade da repressão, voltou a sua arma contra o primeiro polícia, iniciou-se um processo em cadeia. Estava aberto o diálogo que prosseguiria à porta dos quartéis e das fábricas, o diálogo que, posteriormente, levaria cada unidade rebelada a instigar à revolta a mais próxima, até como medida de auto-defesa. Um dos principais personagens dessas jornadas, o operário revolucionário Kailourov conta que, após um grave choque, a multidão fugia, em determinada altura, desordenadamente, sob os golpes de "nagaika" da polícia — os temíveis "faraons" do czar. Um esquadrão de cossacos assistia ao espetáculo. Kailourov, à frente de um grupo aproximou-se e, de boné na mão, implorou: "Irmãos cossacos, ajudem os operários na sua luta por reivindicações pacíficas! Vejam como nos tratam estes faraons, a nós, operários com fome. Ajudem-nos!" Um minuto depois, a situação estava mudada e os manifestantes levavam em triunfo um

cossaco que abatera com uma cutelada um comissário de polícia. O papel que as mulheres desempenharam nessas horas foi, também, de uma importância extraordinária. Colocando-se diante dos homens, pegando com as mãos as baionetas, chorando, gritando, debatendo-se, comoviam os soldados e não poucas vezes levaram pelotões inteiros a mudar de lado...

Episódios como esses não são, entretanto, fruto do acaso. A genialidade, o cálculo psicológico dos Kailourov e das mulheres de Petrogrado, só por si, nada valeriam se não encontrassem a devida correspondência na receptividade da tropa, na sua predisposição para se solidarizar com o povo. Nas horas decisivas muita coisa parece improvisada e fortuita quando na realidade não o é. A mudança de opinião do Exército, na Petrogrado que se levantou contra a tirania dos Romanov, tinha atrás de si um trabalho em profundidade de incalculável significado. A montagem da organização revolucionária no seio das Forças Armadas tinha raízes que vinham de 1905... E, apesar disso, três longos, três dramáticos dias foram necessários para que a tendência da guarnição para a neutralidade se transformasse em adesão, permitindo que a greve inicial e as manifestações subsequentes evoluíssem para a insurreição armada. O momento psicológico em que o soldado passa à revolução é preparado por um complexo processo molecular. Os soldados revolucionários, os simpatizantes, os hostis — como dizia um conhecido revolucionário — permanecem ligados por uma disciplina rígida cujos comandos continuam até ao último instante no punho do oficial. Num pelotão que recebe a ordem de carregar sobre o povo, não é possível distinguir os soldados já mentalmente amotinados dos que o não estão ainda. É o impulso vindo de fora que tudo decide. É pela agitação, pela palavra e pelo exemplo, nos quartéis e nas ruas, que o soldado deve ser conquistado para a idéia da insurreição.

Significa isso, porventura, que um movimento insurreccional de proporções nacionais possa triunfar sem violência? De modo nenhum. No caso português, particularmente, em que muitos milhares de criminosos — nas fileiras da PIDE, da GNR, da PSP e da Legião — sabem ter o seu destino ligado ao do fascismo, seria ingenuidade imperdoável admitir que a vitória possa ser alcançada sem choques frontais contra esse poderoso aparelho repressivo. Daí, precisamente, a necessidade de conquistar a adesão das Forças Armadas regulares ou, pelo menos, a sua neutralidade. Ora, só uma forte organização poderá conseguir gradualmente que esse objetivo venha a ser atingido na hora decisiva.

O levantamento nacional não será uma realidade apenas pela força das palavras. Os que proclamam estarmos chegados ao momento da ação direta e se perdem em elocubrações sobre os mais extravagantes planos táticos constróiem apenas belas frases.

Se, como diz Fidel Castro, o dever de todo o revolucionário é fazer a Revolução, não é menos verdade que a primeira questão que se coloca é a de saber preparar corretamente o levantamento que a precede. Essa é uma tarefa científica que nada tem de comum com a guerra florida dos atecas ou com a improvisação dos capitães de Quinhentos. Portugal não precisa apenas de democratas com a tempera de heróis; precisa também, e sobretudo, de quadros revolucionários lúcidos e numerosos. Não nos percamos em exegeses inúteis para atribuição de culpas. Há uma realidade; temos de aceitá-la e... de modificá-la.

A unidade das forças democráticas, englobando socialistas, liberais, católicos, comunistas e monarquicos, para se considerar uma unidade funcional tem de se traduzir em ações unitárias. Simplesmente, estas, de momento, não são nem a distribuição de armas (!!!), nem os apelos gratuitos ao levante nacional, nem atos de sabotagem praticados por este ou aquele grupo, e muito menos quarteladas. O levantamento nacional não cabe em esquemas. Qualquer que

Ainda a via não pacífica da Revolução Portuguesa

J. LOPES MENDES

Numa nota enviada a PORTUGAL DEMOCRÁTICO, dissemos, que alguns leitores pareciam ter visto nas nossas palavras um sentido diferente daquele que quisemos dar-lhes. E propusemo-nos como tarefa imediata esclarecer os pontos escuros, mal alinhavados ou ambíguos, ao mesmo tempo que reiterávamos e retificávamos, uma por uma, as teses expostas.

Ora entretanto, colateralmente, novos elementos polémicos chegaram até nós e vieram somar-se aos primeiros, reforçando a aparência de contradições, particularmente de uma contradição existente (inexistente) entre nós e o setor político com o qual nos sentimos solidários.

Sem querer — pobres de nós — vimo-nos enredados no rodopio duma discussão de princípios que, em planos mais altos, estava já dando voltas à nora, dentro e fora de Portugal. Neste transe, talvez o mais fácil fosse uma retirada em forma, e tempo, "escabullir-se el bulto" como dizem aqui os "paisanos", retirada que, inclusive, já se tinha tentado por outros motivos.

Mas como os leitores, entre eles velhos e ágeis camaradas que muito estimamos, associam o nosso nome humilde a altos princípios que sempre defendemos numa tomada de posição que oferece alvo à controvérsia — julgamos nosso dever prosseguir no estudo e exposição das teses defendidas nos artigos precedentes.

O que queremos sim acentuar, duma maneira irrevogável e solemne, é que nada nem ninguém, invocando seja o que for, poderá obrigá-nos a sair do terreno impessoal que elegemos: o campo estrito das idéias. Não se trata de ter ou não ter razão neste ou noutro caso. Só não erra aquele que nada faz. Ninguém tem o monopólio da verdade. A verdade, como uma moça esbelta e pulcra, não pode ostentar e exibir sempre o mesmo vestido, se este está já velho e gasto.

Do que se trata, sim, é de contribuir para encontrar as bases definitivas da unidade combatente; as formas de organização que correspondam efetivamente às novas condições da luta; e de elaborar uma estratégia que nos permita acabar com a ditadura e o fascismo a curto prazo (não a prazo fixo) sem cair por isso no aventureirismo nem na anarquia — numa derrota irreparável ou numa vitória golpista que significaria a prolongação do fascismo sob outra fachada. Foi esta a intenção que nos guiou antes. Ela será ainda, desta vez a nossa meta e a nossa busca.

Comçaremos, então, por enumerar e ordenar as teses principais em

seja a forma que ele venha a assumir, segundo o nível de participação das massas populares e dos soldados patriotas, o que urge é a criação de condições para que se transforme de aspiração coletiva em realidade. Por outras palavras: a tarefa imediata não é a impossível preparação da insurreição armada, mas sim a intensificação do complexo esforço unitário e organizativo — subestimado por muitos democratas — que crie perspectivas de êxito total à insurreição que amadurece no espírito das massas.

Sabemos que a idéia das lutas populares de massas faz hoje sorrir muita gente em Portugal. E, contudo, é delas, da sua constância, da sua tenacidade, do alastramento da mentalidade revolucionária a camadas cada vez mais amplas da população que tudo depende. É das greves e das manifestações que saem os levantamentos populares autenticamente irresistíveis. Mas para que a insurreição floresça, para que operários, soldados, camponeses, estudantes e intelectuais progressistas se lancem à conquista do poder é imprescindível vencer as deficiências que entravam o desenvolvimento harmonioso do processo revolucionário. Os atos de força — desde a sabotagem do material de guerra, aos assaltos de assalariados rurais às herdades dos latifundiários — virão a seu tempo como coisa natural, ganhando inclusive a espontaneidade que decorre, paradoxalmente, do esforço organizado. O que a História nos ensina é que jamais se preparou uma insurreição vitoriosa começando pelo fim.

que se baseou e baseia o nosso estudo e a nossa análise — motivo de confusão e controvérsia tanto aqui como fora daqui.

Estabelecidas as coordenadas temáticas, trataremos de as examinar e fundamentar por separado, partindo de três ângulos dedutivos: a realidade político-social portuguesa, o peso e dimensão do movimento oposicionista, a conjuntura internacional; e, logo, as conclusões básicas pertinentes. Por último confrontaremos e procuraremos estudar e rebater as teses contrapostas (sempre dentro do mesmo prisma analítico) com um único propósito: Definir, encontrar no campo da teoria e da prática militantes, a rota, a via mais curta e exequível para derrubar a ditadura e abrir horizontes mais ditos para o povo e para a Nação portuguesa.

Desde há muito preconizamos que a unidade sem exclusões é e será o melhor instrumento da luta e da vitória. Que a unidade de ação, desde a base ao cume, será a arma mais poderosa e eficaz para derrubar o fascismo!

Para se obter e selar essa unidade efetiva e combatente perfilhamos sempre o princípio da livre discussão e do entendimento mútuo entre as partes, os diversos setores democráticos e forças representativas (base realista da unidade), dado que estas expressam, a nosso ver, o pensamento e as aspirações das classes e correntes de opinião em que se divide a sociedade portuguesa. Onde está a contradição e ambiguidade? Há, porém, quem impugne esta concepção da unidade, opondo-lhe outra bastante vaga: a unidade do povo.

Certas pessoas pensam que incorremos em contradição quando afirmamos que na presente conjuntura a via mais provável e segura para o derrubamento da ditadura seria a luta armada, ao mesmo tempo que nos negamos a associarmos e combatemos as aventuras militares, a ação direta e o terrorismo.

Incorreríamos em flagrante contradição também quando afirmamos, por um lado, que a via não pacífica é a que nos levará à conquista do poder e, por outro, incluímos o povo às lutas reivindicativas, por aumento de salários, contra a guerra, pela anistia, etc. e afirmamos do mesmo modo que estas lutas são, por sua vez, o melhor veículo para alcançar a vitória. Etc., etc., etc.

Embora nos acusem de sofistas e retóricos temos de repetir no entanto que não existe nenhuma contradição em cada uma das teses expostas, a saber:

- 1.o) — que a unidade das forças democráticas, e a sua engrenagem no perímetro nacional, é a condição primordial da vitória;
- 2.o) — que a via não pacífica nas presentes condições é a que melhor nos permitirá lograr a vitória sobre o fascismo, sem excluir nenhuma das outras formas de luta;
- 3.o) — que existem já condições objetivas internas e externas favoráveis para um movimento e levante nacional e popular;
- 4.o) — que as condições subjetivas não correspondem ainda ao grau já alcançado pelas forças objetivas, e que enquanto se mantiver este desequilíbrio dialético não disporíamos dos meios para a insurreição;
- 5.o) — a luta de massas elevada a um nível superior (enquadrada no marco da nova estratégia não pacífica) é e seguirá sendo o veículo natural e mais propício para criar rapidamente as condições prévias e necessárias para o câmbio qualitativo da passagem ao movimento armado;
- 6.o) — que as ações para militares e militares, a sabotagem, o terrorismo e a auto-defesa revolucionária armada, levadas a cabo de forma anárquica e isolada, sem emanarem dum comando unitário responsável e sem o apoio duma organização também unitária, disciplinada e responsável ante o perante o organismo Central Supremo da Frente Patriótica de Libertação Nacional — a Junta Patriótica Central — ou outros de menor hierarquia, somente poderão redundar em prejuízo da Oposição no entorpecimento, estancamento e atração do próximo e vitorioso levantamento popular revolucionário em perspectiva.

Novas e comentários

Onde fica Portugal

Raras vezes neste jornal, e nunca pela mão dos seus redatores responsáveis, se recorreu a quem quer que seja por posições tomadas dentro das trincheiras do anti-salazarismo, não obstante muitas vezes se tratar de posições nitidamente tendentes a prejudicar a causa da libertação nacional ou que a esse resultado de qualquer modo conduzem.

Não são razões de franciscana tolerância que levam os democratas portugueses politicamente responsáveis a não ripostarem a ataques, prédicas e provocações: é apenas a noção correta do maior prejuízo que para a causa que defendem adviria de uma ampla agitação junto da opinião pública do país que nos dá guarida, de meros casos pessoais e argumentos verbalistas. Isto sem falar da perfeita inutilidade do diálogo com quem é surdo ou — o que é pior — resolve tapar os ouvidos...

Há, porém uma observação a fazer, mais aos nossos amigos e leitores brasileiros do que aos truculentos correligionários que, sentindo o salazarismo a 10.000 quilómetros de distância, preferem pelear com quem têm ao pé da porta, embora se trate daqueles de quem deveriam ser companheiros de armas. E essa observação, que no fundo é um simples lembrete, é que Portugal não é aqui — é lá, lá mesmo onde se encontra. Não são jogos florais de emigrados contra emigrados que, felizmente, influenciam o curso da verdadeira luta contra o salazarismo, que é a travada pelos portugueses de Portugal no território português.

O desenrolar e o desfecho dessa luta é que virá a funcionar como o grande tira-teimas das actuais discussões no exílio.

Entretanto, o que seria bom é que todos os emigrados anti-salazaristas se preocupassem mais com o que podem fazer no sentido de ajudarem a alcançar esse rápido desfecho, em lugar de, propositada ou impropositadamente, mas sempre despropositadamente, contribuírem, como a propaganda salazarista, para a confusão da opinião pública brasileira, que é e deve ser o maior suporte político e moral da nossa luta no Brasil.

M.S.

A Guiné a caminho da independência

A importância assumida pela guerra colonial de Angola no processo político português explica o fato de muitos democratas não acompanharem com a necessária atenção a marcha de outra guerra em que o povo de Portugal, também contra sua vontade, se vê envolvido: a que se fere há longos meses na Guiné. E, contudo, é ali e não em Angola que, diariamente, morrem mais portugueses e africanos, vítimas da engrenagem fascista.

Se toda a guerra colonial é, por princípio, uma guerra antecipadamente perdida, a da Guiné é daquelas que não val sequer conhecer uma fase de apodrecimento como a da Indochina, a da Argélia, e, presentemente, a de Angola. A natureza do terreno, a pequenez geográfica e a ausência de povoamento europeu desfavorecem o exército de ocupação na medida em que favorecem os guerrilheiros, cujos êxitos são, dia a dia, mais acentuados.

De nada vale a Salazar manter na colônia um exército de 10.000 homens, dotado do mais moderno armamento e apoiado por numerosas esquadrilhas de aviação; nada ganha em semear a morte e a destruição nas aldeias guineenses. Todo o Sul do território encontra-se nas mãos do P.A.I.G., agremiação política que comanda já a luta libertadora; fora das ilhas de Bissau e Boiama, as tropas portuguesas vivem fechadas (ou cercadas) nos

seus quartéis e as suas raras sortidas saíam-se por malogros de sastreros. E ninguém ignora, tanto no Exército como na Administração, que as perspectivas imediatas são ainda mais sombrias do que o presente. A ajuda da vizinha República da Guiné é desde Adidjabeba ostensiva e intensa: O material de guerra desembarcado em Conakry, segue para a fronteira sem entraves burocráticos e num afluxo crescente. Salazar é o primeiro a saber que não há recuperação ou reconquista possível. Até porque o seu aparelho militar não se defronta com bandos desorganizados mas sim com grupos de comandos especializados na guerra de guerrilhas e com um movimento revolucionário que dispõe de quadros altamente eficientes e de elevado índice de politização.

O tratamento dispensado pelo P.A.I.G. aos desertores e prisioneiros portugueses tem aliás, sido sistematicamente elogiado por estes em inúmeros ensaios e inclusive em declarações à imprensa internacional.

Só um louco pode desejar a continuação de uma tal guerra. Só um homem como Salazar. Para desgraça do povo português, são portugueses os instrumentos negativos da página de história que um pequeno grande povo está escrevendo diariamente entre o Casamansa e o Corubal. Resta-nos a consoladora certeza de que sobre os escombros da guerra, abatido o fascismo, será possível reconstruir em bases democráticas e dignas a amizade entre portugueses e guineenses.

M.U.R.

"Angola é nossa"

Após o seu discurso de 12 de Agosto p.p. Salazar e os seus assessores desenvolveram uma grande campanha publicitária, fabricaram manifestações nas colônias, em Lisboa e principais cidades do país. O slogan mais usado, para sensibilizar as massas menos esclarecidas, foi o de "Angola é nossa". Preferiam os fascistas, ao apelar para os sentimentos patrióticos dos portugueses, mobilizar grandes multidões que dessem ao mundo a impressão de que o povo português aprova a política colonialista do governo.

Esta tentativa de mistificação da opinião pública mundial não passou de uma grosseira farsa, como hipócrita e mentirosa é a propaganda dos fascistas.

Vejam os a quem pertence Angola, isto é, quem são os verdadeiros donos das riquezas e principais atividades económicas daquela colônia.

Diamantes: Corporação Anglo-Americana da África do Sul; Banco Morgan; Grupo Oppenheimer; Grupo De Beers; Grupo Guggenheim; T. F. Ryan; Forminère; Union Minière du Haut Katanga; Banco do Trust Barantia; Société Générale de Belgique. **Petróleo:** Companhia Financeira Belga de Petróleos (Petrofina); Banco Nacional Chase; National City Bank (Nova York); Companhia Caína Gulf Oil. **Transportes:** Corporação Anglo-Americana da África do Sul; Banco Westminster; Companhia Britânica da África do Sul; Irmãos Cooper; Companhia de Carvão de Angola; Organização Tanganica. **Alumínio:** Péchiney (acionista do Alumínio Português). **Bauxita:** Billiton Maatschappij. **Mica:** Standard Oil; Comércio Bancário; Banco Belga de África. **Prospecção de Minas:** E. J. Longyear Co.; Remina; Bethlehem Steel; Carbide. **Azeite de palma:** Sociedade Agrícola e Industrial La Luinha. **Café:** Banco Rallet (acionista da Companhia Agrícola do Cazembo, da Companhia Agrícola de Angola e da C.A.D.A.). **Açúcar:** Barton Mayhewand Co. (acionista da Sociedade Agrícola Cassacquel). **Algodão:** Société Générale de Belgique (representada pela Companhia Geral dos Algodões); Banco Belga da África; Companhia Algodoeira Congoleza; Sociedade Agrícola e Industrial La Luinha.

"Angola é nossa" gritam os fascistas. Têm razão — Angola não é dos angolanos nem nunca foi dos portugueses. Angola é deles, dos fascistas, sócios menores dos trusts, serviços dos imperialistas, a quem devem a permanência no poder.

A. A.

A GUERRA NA GUINÉ'

Em consequência do alargamento das operações a todo o sul da colônia, as autoridades salazaristas começaram, desde há algum tempo atrás, a evacuar por mar a população civil portuguesa.

Esclarecendo as intenções das autoridades colonialistas, o Eng. Amílcar Cabral, secretário-geral do P.A.I.G.C. fez uma importante declaração, que publicamos a seguir, na íntegra:

DECLARAÇÃO

"1. A ação direta que nós levamos a cabo, visa unicamente as forças de repressão (exército, polícia e agentes do colonialismo português) que, sempre mais bem armados que nós, cometem os piores crimes contra as nossas populações indefesas. A nossa ação de sabotagem visa apenas os objetivos militares e os elementos económicos essenciais da exploração colonial.

2. Os nossos combatentes nunca atacaram nem atacarão os civis, quer sejam europeus ou não, a menos que se oponham à nossa luta de armas na mão.

3. Os civis europeus na nossa terra sabem muito bem que nada têm a recear da parte dos nossos combatentes enquanto não pegarem em armas contra nós, enquanto não participarem em massacres contra o nosso povo ou, pelo menos, enquanto permanecerem neutros em relação à nossa luta de libertação. Mas eles sabem também que são as próprias armas portuguesas que ameaçam todos os portugueses com aspirações à democracia ou com convicções anti-colonialistas.

4. A experiência da nossa luta, de que um dos princípios fundamentais é o do respeito pela pessoa humana, já ensinou aos próprios soldados portugueses que as suas vidas não correm qualquer perigo na mão dos nossos combatentes sempre que deponham as armas ou se recusarem a combater-nos. Citamos, por exemplo, o caso dos corajosos desertores do exército colonial que tiveram entre nós o melhor acolhimento e toda a assistência possível.

5. Portanto, a evacuação dos civis europeus não é senão uma consequência da política da terra queimada praticada pelos colonialistas portugueses. Ela visa a poupar os europeus do efeito do "napalm" e de outros meios de destruição massiva, e a eliminar toda a precaução na utilização destes meios contra as vidas e os bens das nossas populações.

6. Por outro lado, e confirmando a adesão total do nosso povo à luta de libertação nacional, o fato de que só os civis europeus tenham sido evacuados denuncia, mais uma vez, a mentira do "carater multi-racial" e do "não racismo" da colonização portuguesa.

Reafirmando não somente o nosso respeito pela pessoa humana mas também a nossa firme determinação de nos batemos contra



O clichê acima reproduz a carta circular que a organização terrorista OS CENTURIOS tem endereçado a alguns democratas portugueses. Entre outros já receberam aquele "aviso" os seguintes democratas: Carlos Cal Brandão, Oliveira Valença e Mario Cal Brandão, do Porto; Urbano Tavares Rodrigues, de Lisboa.

Também o Gen. Delgado, segundo notícia do correspondente em Lisboa de um jornal do Rio de Janeiro, estaria na lista negra dos Centúrios.

A melhor resposta que os democratas portugueses podem dar às ameaças dos bandos de assassinos comandados por Salazar — intitulam-se eles PIDE ou CENTURIOS — é a intensificação da luta pela Libertação Nacional e pela Paz nas Colônias.

os que, de armas na mão, se opõem à libertação do nosso povo, o Secretariado Geral do PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDÊNCIA DA GUINÉ E CABO VERDE (P.A.I.G.C.).

— DENUNCIA, perante a opinião mundial, a evacuação dos civis europeus como uma medida que visa à intensificação da política da terra queimada, do genocídio e da destruição total dos nossos bens.

— APELA para todos os Governos dos países anti-colonialistas, em particular os dos países independentes de África, para que seja concedida ao nosso Partido uma ajuda concreta e urgente, com vis-

tas à defesa das nossas populações e ao desenvolvimento da nossa luta de libertação nacional.

— DECLARA, contudo, que, sejam quais forem os meios utilizados pelos colonialistas portugueses, coisa alguma poderá evitar a libertação do nosso povo.

E para conquistar a nossa independência nacional e tornar possível a construção, na paz, duma pátria soberana, democrática e feliz — na qual os homens possam trabalhar e viver em conjunto, na fraternidade e no respeito mútuo — que o nosso povo se bate e se baterá até à vitória, sob a direção do nosso Partido".

Tentativa de constituição de um organismo liberal

Um grupo de personalidades da Oposição, representativo de determinado setor da opinião democrática portuguesa, encontra-se empenhado em dar estrutura partidária à corrente cujo pensamento interpreta. Nesse sentido iniciou já diligências no sentido de obter garantias de atuação legal para o referido organismo que escolheu a designação de AÇÃO DEMOCRATO-SOCIAL. Do Diretório constituído fazem parte os conhecidos democratas almirante Mendes Cabeçadas, eng. Francisco Pinto da Cunha Leal, coronel Helder Ribeiro, prof. Mário de Azevedo Gomes e dr. Santiago Prezado. Em carta enviada ao sr. Oliveira Salazar, os seus membros, depois de historiarem as circunstâncias que levaram à criação do organismo declaram:

"A corrente de opinião representada, visto que é preciso dar-lhe um nome, designá-la-emos "AÇÃO DEMOCRATO-SOCIAL", isto em razão da sua índole e tradições. Constituem os signatários o Diretório respectivo. A ele pertencem, como é óbvio, as responsabilidades em toda a atividade pública fundamental.

Este Diretório, todavia será assistido por um secretariado, por agora dividido em 3 secções (NORTE, CENTRO E SUL), com sedes em Lisboa, Porto e Coimbra. Estão desde já designados os componentes das secções de Lisboa e Porto, a saber:

— Acácio de Gouveia, Arnaldo Cândido Veiga Pires, Artur da Cunha Leal, Artur de Oliveira Valença, António Macedo, Carlos Pereira, Carlos de Sá Cardoso, Duarte Castanheira Lobo, Eduardo Figueiredo, João de Matos Araújo Correia, José Moreira de Campos, Mário Cal Brandão, Mário Soares, Olívio França e Raul Rego.

A composição da secção de Coimbra, será comunicada tão depressa se constitua.

A organização, como é de uso, pressupõe núcleos distritais e concelhios, de modo a formar-se rede de malha suficientemente apertada para abranger, do centro à periferia, quantos hajam de interessar-se patrioticamente pelo empreendimento.

Não temos a menor hesitação em empregar a qualificação "patrioticamente", sublinhando-a; é que nos propomos o estudo de todos os problemas, por mais delicados, que flagelam o País, o exercício do direito de informação — que não pode dispensar-se em regime de vida sã — e ainda o esforço de educação cívica, timbre de toda a democracia não meramente de fachada e ao qual os melhores de entre nós haverão que dispensar o maior cuidado e o maior zelo.

Ao referir o exercício do direito de informação, pretende-se reivindicar perante Vossa Excelência que nos seja garantida esta posição: a de não termos que limitar o nosso conhecimento de factos essenciais à simples versão oficial, ora lacónica e atrasada, ora até contraditória, e sempre incontornável, dado o regime feroz de censura.

Que nos seja lícito colhermos nós próprios as informações quando para tanto houver lugar, que se assegure, em última análise, o direito e o acesso à informação livre.

De Vossa Excelência esperamos, Senhor Presidente do Conselho, que dê bom acolhimento a quanto aqui lhe comunicamos e que, em consequência, as autoridades tenham, por ordem de Vossa Excelência, para conosco — repeti-mo-lo — comportamento idêntico ao adotado para com os outros Movimentos atrás referidos.

Parece-me que aquele bom aco-

lhecimento que se aguarda está de acordo com a afirmação de Vossa Excelência quando, no artigo da revista "INTERNATIONAL AFFAIRS", atribui ao regime do Estado Novo a concessão de facilidades gerais para intervenção na administração da coisa pública.

Não somos revolucionários; Vossa Excelência o sabe e não nos cansamos de afirmá-lo; pretendemos tão só a intervenção legal que temos por legítima. Mas a verdade é que entendemos, ao tomar a iniciativa de que se dá conta, que na atual conjuntura política nenhum português consciente pode delegar noutrem, sem mais observação ou esforço crítico, a cota parte de responsabilidades que, em rigor, lhe pertence, como elemento ativo do agregado nacional.

A Vossa Excelência fica, pois, submetido, pelo que ao Governo e autoridades diz respeito, o julgamento das resoluções tomadas, e dos fatos delas decorrentes. De umas e outras iremos, entretanto, dando conta aos democratas que delegaram em nós.

A BEM DA NAÇÃO

O DIRETÓRIO: aa) José Mendes Cabeçadas, Francisco Pinto da Cunha Leal, Helder Ribeiro, Mário de Azevedo Gomes e Santiago Prezado.

Uma vitória dos ceifeiros

EVORA (Do correspondente) — O clima de agitação em todo o Alentejo foi grande ao longo de todo o verão, época em que com as ceifas e as debulhas os trabalhos agrícolas assumem particular intensidade forçando os latifundiários a mobilizar todos os assalariados rurais disponíveis.

Este ano a palavra de ordem de "nenhuma foice de homem por menos de 40 escudos e de mulher por menos de 30" foi seguida pela quase totalidade dos ceifeiros do Alto e do Baixo Alentejo não obstante as manobras de intimidação dos agrários e as violências da GNR e da PIDE. Prospectos distribuídos aos milhares chegaram a todas as vilas e aldeias contribuindo para a formação de uma verdadeira frente unitária dos operários agrícolas contra os seus exploradores. Em Plas, apesar da repressão, houve várias reuniões de trabalhadores para discussão das reivindicações mínimas. Em parte alguma os ceifeiros aceitaram exceder o limite das oito horas. Quanto aos salários, houve regiões — Amareleja, Escoural, Vale de Vargo, Montemor o Novo, Estremoz, Moura, Serpa, Pegões — onde os homens exigiram e obtiveram jornas entre 45 e 60 escudos.

Em Avis, Benavilla e Portalegre, ao manterem-se intransigentes nas suas reivindicações, os ceifeiros tiveram de recorrer à greve, mas em todos os casos saíram vencedores.

Agora terminadas as ceifas e debulhas, dezenas de milhares de operários agrícolas encontram-se novamente de braços cruzados... Para enfrentar o problema do desemprego, os seus representantes elaboraram uma exposição, a enviar ao ministro das Corporações, em que são apresentadas as seguintes reivindicações: garantia de trabalho por meio de um contrato coletivo; Salário mínimo de 35 escudos para os homens e 20 para as mulheres, com jornada de oito horas; direito ao abono de família e a assistência médica. A referida exposição já conta com milhares de assinaturas.

O Centro Republicano e o Cinco de Outubro

A Revolução de 5 de Outubro de 1910 foi o levantamento da dignidade nacional. A um País humilhado sucedia a esperança de um país ativo. As instituições, ultramontanas, impediam a renovação e o progresso. Urgia derrubá-las. A 5 de Outubro de 1910 o povo português derrubou-as e a nação despertando, decidiu traçar novos caminhos, novos rumos; implantava-se a República cuja obra seria a de reabilitar Portugal pelo Livro, pelo ensino, pela oficina, pela fraternidade. Obra grandiosa e democrática que levaria, se pudesse ter sido consolidada, a pátria a reencontrar sua história e seus heróis. Mas poderosos interesses internos e externos opunham-se a que na equação da vida nacional

coubessem todos os valores populares positivos. Menos de duas décadas decorridas sobre a grande revolução de 5 de outubro, a contra-revolução, fomentada pela aliança da reação interna (monárquicos, latifundiários etc...) com a ditadura internacional do capital financeiro, achava condições propícias para o golpe vitorioso. Hoje, como ontem, cabe aos portugueses libertar a sua Pátria. Só eles e nenhuns outros o poderão fazer. Só eles o farão. Estamos conscientes de que a grande insurreição popular que derrubou a Monarquia se repetirá em breve para derrubar o fascismo. Foi com os olhos voltados para esse instante que os portugueses de São Paulo referendaram as resoluções

aprovadas na conferência realizada em Dezembro último por representantes da opinião pública anti-salazarista portuguesa. E com os olhos voltados para esse instante que comemoramos este ano o 53.º aniversário da grande Revolução Republicana.

A Diretoria do Centro Republicano Português.

(as.) Victor da Cunha Rêgo, Joaquim Duarte Batista Alexandre Antunes Pereira, Fernando Silva Ramos, Manuel Ferreira Moura e Silvério da Costa Letra.

Portugal de Salazar

Ao ensejo de mais uma confraternização com nossos irmãos portugueses, neste 5 de outubro, vamos falar da realidade salazarista. Salazar continua no poder, arastando atrás de si o cortejo de ignominias que farão sua legenda para a posteridade.

Tarráfal Peniche e Aljube lá estão, como amostra da tirania fascista, que conserva como reliquia sinistra, como reminiscência da barbárie, a prisão perpétua, num desafio à civilização. Salazar permanece no poder, vedando à maioria dos portugueses o ensino superior e secundário, matando de fome milhares de crianças, num recorde macabro de mortalidade infantil. Salazar permanece no poder à custa do exílio de filhos ilustres, como Ruy Luís Gomes, para só citar um nome; à custa de perseguições a autores corajosos como o falecido Aquilino Ribeiro; à custa da corrupção de consciências e da mordagem à imprensa.

Sabemos de um Portugal que tem menos cinemas do que Costa Rica e compra livros dez vezes menos do que o povo alemão; que não teve péto de expulsar do palco Maria Della Costa, para não representar Bertoldo Brecht. Mas, nem o terror, nem o analfabetismo farão com que Angola continue atrelada ao despotismo fascista.

Para Salazar dispendir oitenta milhões de dólares, em 1961 com as Forças Armadas, o operário está privado de seus mais justos direitos: salário mínimo e direito de greve. Salazar fez de Portugal um retrocesso no tempo e na História, e o regime salazarista é um opróbrio ao povo português e um insulto a todo o homem livre.

Os presos políticos continuam se estiolando nas masmorras, as feridas batendo nas grades da consciência do mundo livre. Por isso, Salazar continua no poder.

Ao celebrarmos o 5 de outubro, nós, cidadãos conscientes do mundo livre, urge que façamos eco aos

clamores dos nossos irmãos, fazendo valer a nossa autoridade de potência com voz na ONU batendo às suas portas para denunciar a violação contínua e flagrante dos direitos humanos em Portugal.

(a) Dolores de Mello Vassão — Secretária da Comissão Para a Anistia aos Presos e Exilados Políticos de Espanha e Portugal.

Presença da Espanha

Neste aniversário da República Portuguesa, o Centro Democrático Espanhol que, unido a toda a coletividade democrática espanhola de S. Paulo, procura manter bem alta a bandeira da luta pela liberdade do nosso povo, e pela sua unidade frente ao governo da ditadura do general Franco, não poderia faltar com a sua mais calorosa saudação a vós, irmãos do "Portugal Democrático".

Somos irmãos de uma mesma, única e solidária causa. Ao unirmos-nos, pelo Pacto Ibérico, contra os nossos povos, os dois ditadores não fizeram senão selar os laços fraternais que sempre nos uniram. Ao condenarem-nos ao mesmo jugo, junto nos elevamos à esperança de uma mesma e indivisível liberdade.

Sabei irmãos, que estamos convosco, e estaremos até a liberdade das nossas pátrias e ainda depois dela, para forjarmos juntos o futuro radiante e luminoso a que os nossos povos ibéricos têm pleno direito no conceito geral dos povos amantes da paz e da liberdade.

Junta Directiva do CENTRO DEMOCRÁTICO ESPANHOL

José B. Vendrell, Presidente
Progreso Vaño, Secretário

Direito e Igualdade

5 DE OUTUBRO!

Se a cada estrutura social corresponde um direito que a assegure; se a cada direito que envelhece, outro surge para tomar-lhe o lugar; se a técnica, na sua evolução, elimina as velhas formulas e propõe para os problemas humanos outras soluções, então estamos próximos do dia da redenção.

Numa época em que dominam a eletrônica e as explorações espaciais, não podem subsistir um direito que assenta suas vigas mestras em Roma. O regime vacila sobre suas bases, mas está condenado. Hoje a lua gira em torno da terra, trazendo no dorso uma bandeira, cravada nela pela inteligência do homem. E Gagarin viu que a Terra é Azul.

No grande momento da transformação, quando as algemas começam a serem rompidas, e o homem parte em busca da Igualdade, sem fé nesse direito feito de resíduos que ainda lhe é imposto, saúdo o povo irmão de Portugal, naqueles que lutam e sofrem, e que logo mais verão premiadas as suas angústias, as suas dores.

DÁCIO DE ARRUDA CAMPOS
(Juiz de Direito e membro da Associação Internacional dos Juristas Democráticos)



Vista parcial da Rotunda, de 4 para 5 de Outubro, defendida por revolucionários civis.

SAUDAÇÃO AO POVO DE PORTUGAL

Ao ensejo da passagem do 53.º aniversário da instauração da República Democrática Portuguesa, que o saudar o bravo povo luso através deste PORTUGAL DEMOCRÁTICO. Faço-o na condição de brasileiro anti-fascista que admira os portugueses anti-salazaristas e sua luta firme e decidida em favor da democratização de Portugal, que também serve à causa da liberdade dos demais povos submetidos ao colonialismo e, ainda, à campanha emancipadora dos países subdesenvolvidos, como o Brasil.

As festividades comemorativas deste 5 de Outubro são realizadas quando assistimos o desmoronar do colonialismo, que, desaparecido, arrastará para a morte também o imperialismo. Caberá então aos patriotas e democratas portugueses lugar de honra na história da luta contra a exploração do homem pelo homem.

Estamos convictos de que os patriotas e democratas portugueses, de todas as correntes anti-salazaristas, não permitirão que cisões

prejudiquem a luta de frente única contra o salazarismo. O que interessa aos anti-fascistas do mundo inteiro é a manutenção e ampliação dessa frente unitária. Que ganhará, sem dúvida, o apelo sempre mais amplo dos portugueses, acima de quaisquer divergências de ordem política, religiosa, ideológica. E que politizará cada vez mais o povo luso para a conquista dos quartéis da reação, com as concessões que colonialistas e imperialistas irão sendo obrigados a fazer ante o avanço do socialismo no plano internacional — ou para a arrancada final contra Salazar por meio da revolução cuja base vai sendo organizada pelo referido processo de politização.

Saúdo os portugueses sob o jugo do salazarismo e, em particular a todos os lutadores antifascistas, convencido de que, num amanhã não distante, poderemos todos, immanados comemorar o 5 de Outubro também dentro da República Democrática de Portugal.

LUCIANO LEPERA — (Deputado eleito e não empossado).

Manifesto aos Brasileiros

A Comissão Patrocinadora das comemorações do 53.º aniversário da implantação da República em Portugal distribuiu à imprensa o seguinte manifesto:

Brasileiros
Apesar das proibições e arbitrariedades do regime fascista que oprime, o povo irmão de Portugal comemorará, no próximo DIA 5 DE OUTUBRO o 53.º aniversário da Revolução que implantou o regime republicano e que abriu à Nação portuguesa perspectivas novas de realização na luta pelo progresso e pela democracia.

No momento em que as celebrações desse importante acontecimento histórico vão uma vez mais desencadear as violências de Salazar e da PIDE sobre os democratas luso, que combatem pela instauração das liberdades fundamentais e pelos direitos da pessoa humana, não podemos, nós, brasileiros, permanecer indiferentes. É nesse sentido que conclamamos o povo de São Paulo a prestigiar com a sua presença o GRANDE ATO PÚBLICO DE SOLIDARIEDADE A PORTUGAL que terá lugar no Instituto Cultural Brasileiro — TAIB, à Rua Três Rios, 252 (junto ao Jardim da Luz), às 20 horas do dia 5 de Outubro.

Apolar os que se batem pela democracia em Portugal é, nesta hora, um imperativo de consciência para todos os brasileiros.

A luta dos estudantes, dos camponeses, dos operários, dos intelectuais portugueses é também a nossa.

Comissão Patrocinadora:
Dr. Jânio Quadros, Dr. José Bonifácio Coutinho Nogueira, Dr. Paulo Duarte, Dep. Chopin Tavares de Lima, Dep. Luciano Lopera, Dep. Cid Franco, Prof. Soares Amora, Prof. Pelópidas da Silveira, Prof. Paulo Cavalcanti, Prof. Florestan Fernandes, Editor Enio Silveira, Dr. Sérgio Millet, José Serra, presidente da União Nacional dos Estudantes, Benedito Nicoletto Filho, presidente da União Estadual dos Estudantes, Dep. Rocha Mendes, presidente do Sindicato dos Gráficos, Pedro Iovine, presidente do Sindicato dos Bauceiros.

Simbolo de Dupla Significação

O 5 de Outubro torna-se, cada vez mais, um símbolo de dupla significação. Atesta quanto ao passado, que a chama da liberdade fermentou na consciência dos homens, iluminando suas ações através dos ideais republicanos. Abre, no presente e para o futuro, a esperança de uma era democrática em Portugal. Assegura-nos não só, que o salazarismo nasceu condenado ao desaparecimento e ao esquecimento, apesar dos fatores de corrupção da justiça, do poder e da natureza humana, com que intimidou a Nação e avassalou, dentro dela, as camadas ricas, cultas e poderosas. Mas, acima de tudo, dá-nos fé de que, em suas ruínas, nascerá brevemente o autêntico Estado democrático lusitano, digno da grandeza psicológica e histórica do Povo português, bem como da missão que lhe cabe no mundo em que vivemos.

Florestan Fernandes — (Prof. de Sociologia na Faculdade de Filosofia da Universidade de S. Paulo).

Um dos grandes comícios populares de propaganda da República, que levaram o povo a apoiar, no 5 de Outubro, os quadros revolucionários, civis e militares.



PORTUGAL DEMOCRATICO

O Brasil e o Colonialismo

NOVA YORK (Do Correspondente) — O governo fascista e colonialista de Salazar sofreu a sua primeira derrota na XVIII Assembleia Geral das Nações Unidas, quando, no dia 19 de Setembro, ao abrir o debate geral, o embaixador Araujo Castro, ministro das Relações Exteriores do Brasil, marcou uma posição frontalmente anti-colonialista. Afirmando de maneira peremptória que o seu país não se afastará dos princípios que vem defendendo a favor da descolonização, o chanceler brasileiro deixou profundamente decepcionada a delegação portuguesa ao conclave, a qual, ainda na véspera manifestava certo otimismo quanto à eventual omissão de referências diretas à questão colonial por parte do embaixador Araujo Castro.

A impressão causada pelo discurso do chefe da delegação brasileira junto dos representantes

das nações africanas foi considerável, confirmando a opinião de certos observadores que haviam assinalado já a tendência da África para atribuir à posição do Brasil em face do colonialismo português uma importância idêntica à que dedica à adotada pelas grandes potências ocidentais. Mais significativa ainda foi a repercussão que tiveram no conclave — entre os países interessados, bem entendido — as afirmações que o presidente João Goulart fez no mesmo dia em Brasília ao saudar o marechal Tito. A sua sugestão de que "as Nações Unidas devem esforçar-se por que sejam eliminados os últimos resíduos que ainda restam do colonialismo" foi elogiosamente comentada pelos delegados africanos, que a interpretam como uma advertência a Salazar, ou, mais exatamente, como a resposta adequada às provocações e insultos dirigidos ultimamente pelo ditador ao governo do Brasil. Os membros da delegação brasileira, sensíveis às demonstrações que lhe prodigalizam os africanos, não escondem que é de absoluta firmeza a política do Itamarati em face do colonialismo português. A esse respeito citam-se as instruções do presidente João Goulart ao chanceler brasileiro, divulgadas pela imprensa. "Entendemos que não há mais lugar para o colonialismo no mundo moderno e faz-se urgente eliminar as derradeiras relíquias desse arcaísmo histórico".

Os diplomatas de Salazar, por enquanto, mantêm-se num mutismo total, até porque o ambiente, junto da opinião pública norte-americana, lhes é bastante desfavorável, especialmente depois que os jornais revelaram a existência de um poderoso "lobby" português cujas atividades estão sendo investigadas por uma comissão de inquerito do Congresso e que se vinha entregando à propaganda do fascismo e do colonialismo salazaristas. O único eco das reações de Lisboa à atitude brasileira chegou até aqui sob a forma das referências das agências noticiosas a um artigo em que o jornal "A Voz" teria retomado os ataques ao governo do presidente João Goulart.

Um fato não sofre dúvidas: quando a Assembleia principiar a discutir o problema da descolonização, Salazar não encontrará defensores. Nem os seus aliados tradicionais ousarão colocar-se a seu lado. Procuração, na melhor das hipóteses, atenuar as consequências da ofensiva geral que será desfechada contra o colonialismo português e se traduzirá inapelavelmente na condenação do mesmo.

Saudação ao Gen. Delgado

A propósito dos incidentes recentemente verificados no Rio e que levaram o general Humberto Delgado a retirar a uma Associação Beneficente autorização para usar o seu nome, em face das posições colonialistas dos seus dirigentes, a Comissão Delegada Provisória da Frente Patriótica de Libertação Nacional, de Argel, ao general a seguinte comunicação:

"Excelência: Sabemos que somos intérpretes de um sentimento geral e muito vivo, saudando a firme atitude de Vossa Excelência face a erros políticos que poderiam comprometer não só os interesses do nosso movimento, como os próprios interesses nacionais.

"A orientação política de Vossa Excelência em relação ao problema da guerra colonial injusta e ruinosa, e em relação ao reconhecimento aos povos coloniais do direito de autodeterminação e à independência nacional, coincide com os princípios adotados pela oposição democrática, definidos pela Junta Patriótica Central, reafirmados na conferência das forças anti-fascistas portuguesas de dezembro de 1962, cujas resoluções mereceram expressiva adesão e apoio de Vossa Excelência.

"Saudamos a atitude do sr. General, e pedimos que aceite esta saudação como o protesto solene e indignado contra especulações que possam ter envolvido o seu nome."

Aos meus Irmãos Portugueses

(Conclusão da pág. 1) cação de outra notável e conveniente confiança que foi o testamento espiritual feito pouco antes de sua morte a que ele mesmo chamou de "A Tristeza dos Velhos".

E o meu sentimento de culpa mais doloroso se patenteia quando sou posto diante dos meus queridos amigos exilados portugueses e espanhóis. Falo dos verdadeiros exilados portugueses e espanhóis, não dos oportunistas, dos cabotinos, dos falsos heróis, dos profissionais do escândalo, para os quais tudo, até o exílio, pode servir de pretexto ao exibicionismo a temerem o oportunismo. Mas isso é outra convicção negativa a aumentar a inibição e o sofrimento dos verdadeiros sacrificados, com os quais me solidarizo sempre a custo, sempre estarei porque eu também, embora dentro do Brasil, continuo exilado dentro do meu próprio país.

De modo que me é agradável cumprir, neste momento, o dever que a consciência me impõe com relação aos portugueses, quando comemoram a sua data mais significativa. Quero confessar-lhes que ainda agora me vem a pergunta que Rivet costumava fazer a si mesmo: Será que terei feito tudo quanto estivesse ao meu alcance para ajudar os meus irmãos em um Portugal Livre a libertar-se de uma tirania torva, cruel, grosseira, hipócrita, que tenta fazer até de Deus cúmplice dos seus crimes e das suas vilanias?

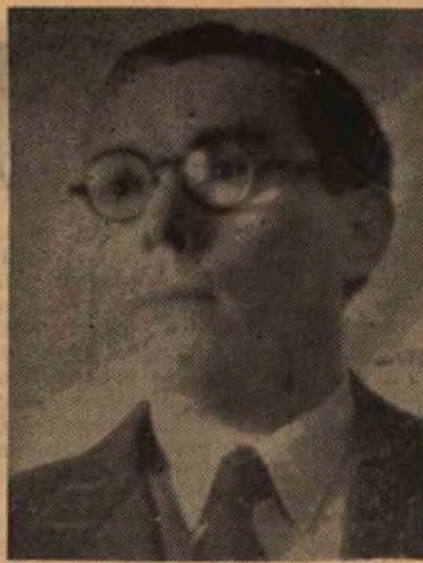
Não sei, o meu consciente lembra-me cerca de trinta anos de atividade de escritor e jornalista ao lado dos opositoristas portugueses; recorda-me doze anos de vida de "Anhembi", cujos 144 números

contem um imenso contingente de ajuda aos homens livres de Portugal. Antonio Sergio, o grande nome da sociologia portuguesa; Egas Moniz, grande nome da neurologia mundial, único prêmio Nobel de língua portuguesa; Aquilino Ribeiro o grande nome da Literatura Portuguesa; Rodrigues Lapa, o grande nome da Filologia portuguesa; Miguel Torga, grande nome da Poesia portuguesa; Bento Caração, o grande nome da matemática em Portugal; aí em "Anhembi", sempre tiveram a tribuna mais livre do Brasil para a sua pregação de Homens Livres que nunca se submetem a ditadura salazarista.

Assim mesmo, sinto qualquer coisa oculta no inconsciente, que me inquieta e atormenta, como preste a formular a acusação trível pela qual eu teria feito tudo quanto pude mas não tudo quanto poderia ter feito para ajudar os meus irmãos portugueses na luta pela libertação. Se assim é, ajude-me! É o pedido que venho fazer-lhes neste dia para todos nós — de união e respeito. Ajudem-me a cumprir o meu dever para com Portugal e seus homens livres, indicando o que devo ainda fazer porque não estarei tranquilo com a minha própria consciência, enquanto ali, nessa minha terra portuguesa, todos os homens de inteligência possam pensar livremente e manifestar o seu pensamento sem ter necessidade de pedir licença à Polícia e todos os jornais não prostituídos possam sair à rua sem ostentarem na página de rosto o letrinho da vergonha: "Visado pela Comissão de Censura".

PAULO DUARTE

Diretor do Instituto de Pré-História da Universidade de São Paulo, escritor e jornalista



Manuel Rodrigues da Silva, Capitão Varela Gomes e Manuel Serra, um comunista, um oficial patriota e um católico. Símbolos da Resistência e da unidade de acção em Portugal.

Salvemos os Heroicos Construtores da II Republica!

Vai longe o tempo em que os criminosos ao serviço de Salazar podiam prender, torturar e matar os patriotas que mais se destacavam na luta anti-fascista, sem que os seus crimes fossem conhecidos.

Longe vai o tempo em que o aparelho judiciário do salazarismo funcionava sem outros percalços além dos indignados e corajosos protestos dos réus, abafados a golpes de cassete em plena sala de audiências ou no fundo dos calabouços, e sem outras consequências além dos comentários em surdina e noticiário da imprensa clandestina.

A luta contra a repressão salazarista que cresceu e se engrandeceu dentro de Portugal, assume hoje proporções mundiais. Apoiados pela solidariedade internacional e pelos democratas portugueses emigrados, os lutadores anti-fascistas, os construtores da II Republica, sabem que não estão sós.

A solidariedade ativa, por parte dos portugueses emigrados para com os patriotas que em Portugal são vítimas da repressão fascista é, além de um dever, uma das formas mais eficazes de os emigrados participarem na luta de libertação do povo de Portugal. Assim o entende a esmagadora maioria dos democratas portugueses espalhados por todo o mundo e que, anonimamente, faz da luta pela amnistia e contra a repressão a sua primeira grande tarefa.

No momento em que o salazarismo, acossado pelo nosso povo, pelos povos das colónias portuguesas e pela opinião pública mundial, recorre ao terror mais desenfreado para sufocar a luta de libertação nacional, há que intensificar as ações de solidariedade e dar-lhes um novo conteúdo, mais humano e mais realista.

Nas prisões de Peniche, Caxias, Aljube, na Pide do Porto, na colónia penal de Paços de Ferreira, nos campos de concentração das colónias, há milhares de patriotas submetidos ao mais duro regime prisional, sujeitos às arbitrariedades e constantes provocações dos carcereiros, superiormente orientados por Salazar e pelo seu ministro da "Justiça", Antunes Varela.

Entre os milhares de presos, há mais de uma centena condenados à prisão perpétua (medidas de segurança). Homens e mulheres, jovens e velhos, operários, camponeses, estudantes, militares e intelectuais, os mais abnegados e corajosos lutadores pela II Republica fazem nas prisões salazaristas e ali mesmo continuam a luta heróica contra o inimigo.

Estes homens e mulheres, alguns com mais de 20 anos de prisão, como o dirigente operário Manuel Rodrigues da Silva, carecem da nossa ajuda e da solidariedade internacional para conquistarem a liberdade. As suas famílias, também perseguidas e sujeitas a constantes vexames por parte das autoridades fascistas necessitam igualmente do nosso apoio moral e material.

A solidariedade moral e material às vítimas da repressão fascista deve ser uma atividade permanente para os democratas portugueses emigrados e uma das formas

mais eficientes de manter essa ajuda consiste em "adotar" um preso político.

Se cada núcleo de portugueses emigrados tiver presente esta tarefa, encontrará nas organizações de massa do país em que se localiza o suporte necessário para levar avante a sua missão.

O sindicatos, organizações estudantis, associações de intelectuais, organismos culturais, beneficentes e religiosos devem ser chamados a colaborar nesta campanha tão profundamente humanitária quanto valiosa, sob o ponto de vista político, para encurtar o caminho da libertação do povo português.

Manuel Rodrigues da Silva, nasceu no Brasil, filho de mãe brasileira e dum operário português. Foi para Portugal aos 4 anos de idade. Era operário metalúrgico da Manutenção Militar em Lisboa e um destacado dirigente sindical, quando, em 1936, foi preso e deportado para o Campo de Concentração do Tarrafal, onde esteve 9 anos sem ter sido julgado sequer! Preso de novo em 1950, cumprindo portanto 23 anos de prisão, cumpriu a pena a que foi condenado há já cinco anos. Apesar de gravemente doente, atacado por uma trombose cerebral, Manuel Rodrigues da Silva continua encerrado numa cela da Fortaleza de Peniche.

É preciso agir para libertar Manuel Rodrigues da Silva. Os trabalhadores metalúrgicos do Brasil podem ajudar a libertar este seu valeroso companheiro de classe e categoria. Apeloamos para os Sindicatos e Federações de trabalhadores metalúrgicos do Brasil para que "adoptem" Manuel Rodrigues da Silva, um patriota que dedicou toda a sua vida à luta pela emancipação do proletariado e pela democracia em Portugal.

Aos valentes operários metalúrgicos do Brasil entregamos uma bandeira. Empunhá-la-ão, estamos certos.

Poderíamos apontar outros exemplos — dezenas de homens e mulheres, dos melhores filhos de Portugal — à atenção do povo brasileiro e dos homens livres de todo o mundo.

Citamos apenas mais dois nomes, igualmente símbolos da coragem e dos sofrimentos dos presos políticos portugueses e da unidade combatente dos que lutam pela implantação da II Republica em Portugal: Capitão Varela Gomes, dirigente da revolta de Beja, e Manuel Serra, dirigente da Juventude Operária Católica.

Presos desde janeiro de 1962, Varela Gomes e Manuel Serra têm sofrido torturas, espancamentos e durante muitos meses foram mantidos incomunicáveis.

Apeloamos para as corporações de militares, para os católicos, para os democratas de todo o mundo para que ajudem a libertar estes valerosos dirigentes anti-fascistas, símbolos da resistência e do combate que se trava em Portugal.

Homens como estes, encarcerados por amarem o seu país, lutar pela sua libertação do jugo fascista esperam a ajuda de todos nós. A sua esperança na liberdade não será defraudada. O povo de Portugal, os portugueses exilados, os povos de todo o mundo ao inten-

zificarem as campanhas pró-amnistia, ao desenvolverem iniciativas de solidariedade, estarão a apoiá-los e a conseguir o maior bem que esperam: a sua liberdade e a libertação do povo português.

Do fundo dos cárceres fascistas vem este apelo angustioso: Ajuda a libertar-nos! Do fundo dos cárceres fascistas, os patriotas presos indicam-nos o caminho a seguir: o caminho da luta, da unidade e da acção.

Sejamos dignos destes homens. Comemoramos o 5 de Outubro desenvolvendo ações de solidariedade que ajudem a salvar vidas preciosas.

A. A.

Os Soldados Portugueses Continuam a Morrer

A desastrosa guerra colonial da Guiné continua a ser um sorvedouro de vidas. Cada semana que passa as perdas crescem assustadoramente, subindo já a muitas centenas o número de jovens portugueses que ali morreram, vitimados pela criminosa política do fascismo colonialista de Salazar.

Dos últimos comunicados dados a público em Conakry pelo Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, e transmitidos pelas agências internacionais, extraiamos as seguintes informações a respeito da marcha da luta:

1 — Numa emboscada feita a um destacamento português, na região de Mansode, foram postos fora de combate 46 soldados e destruídos dois camiões; em represália, seis aviões bombardearam Mansode na manhã seguinte; teriam sido abatidos três aparelhos cujos destroços foram levados para Dakar.

2 — A ofensiva desencadeada pelas tropas portuguesas com base em Bedanda em direcção à zona libertada pelos guerrilheiros nacionalistas saldouse por um malogro. As unidades portuguesas, depois de avançarem até Incala, tiveram de se retirar em face da violenta resistência encontrada. As suas perdas ascendem a 12 mortos e vários feridos. Incala foi bombardeada no dia seguinte, havendo a registrar oito mortos, incluindo duas mulheres e três crianças.

3 — Dois grupos móveis do PAIGC interceptaram um destacamento português infligindo-lhe mais de 20 baixas.

4 — Um grupo de 110 guerrilheiros atacou a base portuguesa de Priama próximo de Catão.

5 — A chalupa a motor "Vencedor", da Sociedade Pinto Brandão foi apreendida pelas autoridades portuguesas ao regressar a Bissau de uma viagem ao sul do País. A PIDE acusa a equipagem de ter feito escala num porto da região libertada, no rio Tombali. Os três membros da tripulação encontram-se detidos.

Pela amnistia e contra a repressão

A CAMPANHA PELA AMNISTIA INTENSIFICA-SE EM INGLATERRA

LONDRES (Do Correspondente) — A campanha desencadeada em Inglaterra contra a vaga de repressão policial do fascismo salazarista assume uma amplitude cada vez maior. A embaixada de Portugal nesta capital continuam a chegar inúmeros protestos e apelos a favor da anistia, em consequência das iniciativas do Comité Britânico para a Anistia aos Presos e Exilados Políticos Portugueses, de que é secretária Mrs. Ward. Entre as cartas e mensagens enviadas contam-se as das secções do Partido Trabalhista de Hull, Kingston, Chislehurst, e Lower Mitcham Ward, as do Trade Council (Assembléa Sindical) de Cowdenbeath, a da Associação Médica Socialista, a do Conselho Distrital n.º 7 do Sindicato Amalgamado dos Trabalhadores da Fundação e a do Sindicato Nacional de Mineiros (Zona Sul do País de Gales).

O Conselho Distrital de Londres da ASSET (Associação de Pessoal Supervisor e Administrativo, Mecânicos e Técnicos) enviou um energico protesto à embaixada portuguesa contra o tratamento infligido aos presos políticos e solicitou informações a respeito da situação presente de Manuel Rodrigues da Silva e outros patriotas que continuam presos, apesar de já terem cumprido as respectivas penas. A mesma entidade, que representa 8.500 profissionais de engenharia e aviação civil, adotou os seguintes presos políticos: José Vitoriano, Manuel Rodrigues da Silva, Fernando Bianqui Teixeira, Pires Jorge e Maria Alda Nogueira.

A EMBAIXADA RESPONDE AO BISPO DE SOUTHWARK

Em resposta à carta do bispo de Southwark, protestando contra o regime vigente em Portugal, de que PORTUGAL DEMOCRATICO publicou largos extratos, o embaixador português em Londres enviou àquele dignitário da Igreja o artigo de Salazar inserido na revista do "Institute of International Affairs". Permittiu-se ainda o representante de Salazar declarar ao bispo de Southwark que a lei em Portugal se coaduna com os mais elevados padrões de humanitarismo da cristandade.

OUTROS PROTESTOS

Os srs. Emry Thomas e Bateman, respectivamente presidente e tesoureiro do Partido Trabalhista Independente, conseguiram, depois de muita insistência, ser recebidos na Embaixada de Portugal onde protestaram contra vários aspectos da legislação salazarista. Entre as personalidades que solicitaram audiência ao embaixador, a fim de exporem as suas opiniões sobre o problema da Anistia, contam-se os srs. A. Palmer, candidato trabalhista à Câmara dos Comuns; Willmott e R. Morris, respectivamente presidente e secretário do Comité Político da Sociedade Cooperativa de Bristol.

DEPUTADO BRITANICO DESILUDIDO...

Há já bastante tempo que o Deputado à Câmara dos Comuns Sr. L. Pavitt vinha tentando obter uma audiência com o embaixador de Portugal em Londres, a fim de discutir a situação dos presos políticos portugueses. O embaixador começou por se recusar a receber o sr. Pavitt em companhia de Mrs. Judith Hart (Deputada aos Comuns) por motivo das afirmações anteriormente feitas por esta

Senhora — afirmava — acerca de Portugal. Quando, em contestação, o sr. Pavitt solicitou uma audiência para si e para Lady Plummer (viúva de Sir Leslie Plummer, que fora deputado aos Comuns) o embaixador manteve-se em silêncio absoluto por dois meses. Em face da insistência do Sr. Pavitt, respondeu então, que se recusava a recebê-lo na companhia de terceiros ou como representante de qualquer grupo de pessoas. Recebê-lo apenas individualmente e só permitiria a discussão de assuntos "que — diria — se não considerem da exclusiva competência do meu Governo". Entretanto, o embaixador de Portugal refutava o relatório do ad-

vogado americano Patrick Hallinan sobre o julgamento de José Bernardino (que fora invocado pelo sr. Pavitt), afirmando:

"O meu único comentário é que este relatório não tem qualquer fundamento, como V. Exa. terá possivelmente inferido da declaração feita por esta Embaixada" (declaração feita aos jornais).

O deputado Pavitt considerou a resposta como "altamente incorreta e anti-diplomática".

O ATO PUBLICO DE BRISTOL

O grande ato público de Bristol organizado em 27 de Junho para protestar contra a repressão em Portugal teve ampla repercussão na imprensa britânica. Promovida pelo Comité Britânico para a Anistia, a iniciativa recebeu o patrocínio do Bristol Trades Council e o apoio do Comité Regional do Sindicato dos Trabalhadores Gerais e de Transporte (TGWU — 100.000 filiados), de outros 18 sindicatos, dos Partidos Trabalhistas locais, e do secretariado do Comité Político da Sociedade Cooperativa de Bristol, e ainda dos deputados Awbery, Wedgewood Benn, Judith Hart e Erick Lubbock.

O espírito e os objetivos da sessão ficaram bem expressos nas palavras de R. Beamish que, falando em nome do Comité Executivo do Sindicato Nacional de Mineiros (Zona Sul do País de Gales) declarou: "Não há muralhas de masmorras suficientemente espessas para impedir a penetração da solidariedade. Temos de ajudar o povo português a quebrar as muralhas". Dois oradores portugueses usaram da palavra, um para historiar o aparecimento e a formação do regime fascista em Portugal, e o outro para fazer uma análise pormenorizada do sistema de repressão.

O sr. Nethercott, que presidia ao ato na qualidade de secretário geral do TGWU, em cuja sede se realizou a manifestação, declarou-se horrorizado com o estado de coisas existente em Portugal e apelou para uma solidariedade efetiva e permanente ao povo português.

Foi também particularmente significativo o discurso do sr. A. Palmer, candidato trabalhista de Bristol West aos Comuns.

Mrs. Ward, secretária do Comité Britânico para a Anistia em Portugal começou por historiar o movimento para a Anistia, que afirmou ter-se iniciado em Portugal e que, mais tarde se alargara ao campo internacional. Referindo casos específicos, demonstrou como a própria lei em Portugal é frequentemente escarnecida, e mencionando Manuel Rodrigues da Silva, José Vitoriano e Huberto Lopes, descreveu os efeitos das "Medidas de Segurança". O papel desempenhado pela Mulher Portuguesa nas lutas da oposição merecia atenção muito especial — afirmou. Citando, em especial, os casos de Cândida Ventura e Maria Luisa Costa Dias, criticou a negação da assistência médica aos presos.

Apelando para ajuda na divulgação dos fatos e da adoção de presos políticos portugueses, Mrs. Ward, concluiu afirmando: "Temos de fazer com que Salazar saiba que aqueles que ele oprime já não estão sós".

Depois de fazerem várias perguntas, tentando esclarecer-se sobre vários aspectos da ditadura em Portugal, alguns membros do público sugeriram formas de continuar e intensificar a Campanha para a Anistia:

— Pressão junto de deputados no sentido de forçar o Governo Britânico a uma tomada de posição definida;

— Pressão junto do Governo Britânico no sentido de deixar de apoiar o Governo Português nas Nações Unidas e NATO.

Solidariedade aos Presos Políticos

LISEBOA (Do correspondente) — Em Peniche, em Caxias e no Aljube, dezenas de presos políticos continuam a ser vítimas das arbitrariedades e violências da PIDE.

A situação de muitos desses patriotas suscita preocupações tanto maiores quanto são cada vez mais escassas as notícias que chegam dos presídios salazaristas, transformados em autênticos campos da morte lenta. Não é sem motivos que o ministro da Justiça de Salazar, Antunes Varela se orgulha da "eficiência" do regime prisional português, hoje um dos mais duros do mundo.

Em Peniche, particularmente, a situação vem-se agravando de mês para mês. Ali se encontram, entre outros, os seguintes patriotas: Joaquim Pires Jorge, Otavio Pato, Dias Lourenço, Manuel Rodrigues da Silva, Afonso Gregório, Manuel Guedes, Julio Martins, Augusto Lindolfo, Adolfo Ramos, Carlos Costa, José Magro, Carlos Abolin Ingles, José Vitoriano e Americo de Sousa. Alguns já cumpriram as suas penas, mas por força das abomináveis "medidas de segurança" não são postos em liberdade. Tal é, por exemplo, o caso de Manuel Rodrigues da Silva, cujo precarissimo estado de saúde se vem agravando sem que receba os cuidados médicos requeridos. Entretanto, e apesar de todas as precauções tomadas pela censura, chegam do estrangeiro reconfortantes notícias sobre a amplitude da campanha a favor da anistia aos heróis do povo português encarcerados nos lobregos presídios fascistas. As iniciativas do Comité Britânico para a Anistia — especificamente sobre os casos de Manuel Rodrigues da Silva, Manuel Guedes, José Vitoriano e Pires Jorge — tiveram ampla repercussão entre a opinião pública e os presos políticos. As campanhas desenvolvidas em Inglaterra, no Brasil, em Italia, na França, na Dinamarca, no Uruguai, na Belgica, na Argentina e na Venezuela contribuem para elevar o moral de todas as vítimas das violências da PIDE e para colocar o fascismo na defensiva, obrigando-o a transigrir em muitos casos. As visitas de protesto às embaixadas portuguesas no estrangeiro são aqui consideradas como uma das iniciativas mais felizes dos últimos tempos. O reforço do envio de protestos e apelos ao chamado Presidente da República é uma das aspirações permanentes dos presos e suas famílias. Cartas, abaixo-assinados, telegramas são outros tantos meios de pressão em defesa da vida dos patriotas presos.

A SITUAÇÃO DE BLANQUI TEIXEIRA

A PIDE continua a manter uma cortina de silêncio em torno da situação do eng. Fernando Bianqui Teixeira, membro do Comité Central do Partido Comunista, e dos seus companheiros presos em Maio p.p. As poucas notícias que atravessam os muros das cadeias, confirmam que aqueles patriotas sofrem "interrogatórios" exaustivos que são verdadeiras sessões de tortura. Tanto o eng. Bianqui como Guilherme de Carvalho, Jorge Araujo e José Carlos apenas são autorizados a um quarto de hora de visita por semana.

Dois jovens democratas, Matilda Bento e Adelino Pereira da Silva encontram-se gravemente doentes, ambos atacados de tuberculose pulmonar. Entretanto, à primeira não são dispensados quaisquer cuidados médicos e o segundo, que necessita de internamento hospitalar, foi apenas transferido para a imunda enfermaria do Aljube.

ESCLARECIMENTO

Na correspondência sobre as últimas prisões realizadas no Porto pela PIDE e que saiu publicada na última edição de PORTUGAL DEMOCRATICO registamos um facto inexacto, atribuindo a morte do esbirro policial Aguas à ação dos patriotas detidos naquela ocasião.

Na realidade as coisas não se passaram assim e o nosso erro de informação deve-se à circunstância de, pela premência do tempo, nos termos baseados no noticiário publicado pelos jornais de Lisboa e Porto. Ora, sabe-se hoje com absoluta certeza, por relatos de testemunhas daqueles acontecimentos — pessoas residentes em Vilar do Pinheiro — que o "agente" Aguas foi abatido por uma rajada de metralhadora dos seus companheiros que, ao vê-lo saltar um muro, o tomaram por um dos patriotas que se encontravam na casa assaltada.



SALAZAR NA IMPRENSA MUNDIAL

"PENÍNSULA IBÉRICA"

O mundo está a obrigar a Espanha e Portugal a mudarem alguma coisa depois de 30 anos de estagnação, pobreza e ditadura. Em Espanha, aumenta o movimento de repulsa por Franco e este sente-o, contra vontade. Portugal excedeu as suas possibilidades, mas, raivosamente, não quer recuar. Ambos enfrentam um inimigo comum nas N.U. e um aliado reprovador nos EUA, mas são diversas as pressões mais importantes que sobre eles atuam. A ameaça à Espanha é uma ameaça pacífica da Europa. A ameaça a Portugal vem da Guerra em Africa. Forças do exterior revigoram esperanças perdidas dos dois países mais pobres da Europa ocidental, os quais, ainda governados por reliquias da época de Hitler, estão agora vivificados por correntes subterráneas e fortes que podem em breve conduzir a uma mudança. Este mês, sentindo o poder vacilar-lhe sob os pés, o generalissimo Francisco Franco, de 70 anos de idade, e o Dr. Antonio Oliveira Salazar, de 74, redefiniram as suas posições. Franco, atendendo ao vigor dos seus vizinhos no M.C.E., tentou adaptar-se às diretrizes de 1963. Salazar, deliberado e soturno, fez finca-pé.

E sobre o discurso de Salazar de 12 de Agosto p.p.:

"Um leader nacionalista africano declarou-nos: "O presidente Salazar nada disse de novo. Apenas repetiu, mais uma vez, que o seu governo colonialista e fascista não pode entender os problemas do nosso tempo. Temos pena que as coisas se passem assim. Obrigamos a prosseguir e ampliar a nossa luta armada." (Da revista Newe Check, de Johannesburg, de 30-8-63)

O "PRESTÍGIO" DE SALAZAR...

O sr. Salazar, primeiro-ministro de Portugal, pertence a uma época na qual era admitido que todos os africanos eram selvagens. Os europeus, esses, seriam civilizados e, em consequência, o fim da colonização europeia seria transformar os africanos, a longo prazo, em europeus, tanto no plano económico como no plano cultural. Mas o que o sr. Salazar não compreendeu e, de fato, parece ser incapaz de compreender, é que os africanos querem ser africanos. Eles não querem ser portugueses...

"É uma situação na qual o dramático desfecho é tão previsível como o desfecho duma tragédia grega. Se Portugal e a Africa do Sul persistirem nas suas políticas raciais e colonialistas, podem-se esperar revoluções de ordem muito violenta."

"O sr. Salazar vive de tal maneira fora das realidades que ele pensa que se trata apenas de comunismo."

"A chave da atitude portuguesa atual — ou, melhor, a do sr. Salazar — está nas palavras do primeiro ministro português: "Como nação, diz ele, nós somos os depositários duma herança sagrada". A palavra mística e religiosa "sagrada" merece ser notada. Pode-se também perguntar quantos portugueses se orgulham realmente do seu império da Africa."

(De "The New York Times", de 15-8-63)

AINDA O "GRANDE" DISCURSO

Numa entrevista concedida à "United Press", o sr. Doudou Thian,

ministro senegalês dos negócios estrangeiros, afirmou que o recente discurso do sr. Salazar "não fez mais do que confirmar a política que Portugal praticou sempre. Foderíamos pensar que as posições tomadas pelos países africanos e as recentes medidas tomadas pelo Conselho de Segurança seriam capazes de começar a produzir os seus efeitos. Mas Salazar é obstinado. Nós pensamos que marchar contra a corrente da história não é um ponto de vista que possa ser defendido durante longo tempo. Isto não faz mais do que reforçar a nossa determinação de lutar para extirpar o colonialismo português da Africa. Nós estamos firmemente decididos a ajudar os movimentos nacionalistas dentro dos territórios portugueses da Africa, não somente no plano diplomático mas igualmente na sua luta contra o governo de Salazar."

(Do serviço da "United Press International").



Clichê da capa do livro "BRASIL FRONTEIRA DA AFRICA" de Maria Areher, edição Felman-Rego (Pecidos à Redação).

Apelo a Favor do Padre Pinto de Andrade

Em comunicado recentemente distribuído à imprensa mundial, a Associação Internacional dos Juristas Democratas, com sede em Bruxelas, exprime a sua inquietação sobre a sorte do padre Pinto de Andrade, ex-arcebispo de Luanda, professor de teologia e uma das autoridades religiosas mais respeitadas de Angola. Salienta a AIJD a atitude corajosa do padre Pinto de Andrade em defesa das populações oprimidas da sua pátria e a sua compreensão das aspirações à liberdade e independência de Angola, atitude que o levou aos cárceres da PIDE e à deportação para Portugal.

O Secretariado da Associação pede que seja posto termo a essa situação arbitrária e que "em aplicação do artigo 13 da Declaração Universal dos Direitos do Homem, o padre Pinto de Andrade seja autorizado a voltar ao seu país, Angola, e a poder aí exercer normalmente as suas funções de professor de teologia e a sua missão sacerdotal.

Novo Sara, é to de colônia toda a aspecto deandram as co e d res ou vilização bem I dentro res, cri promiss te, hu nos, v humill crimir cos pi Don cisam né dit do a DC6 seis h te eu caract visível horas uma so no no sé sado lismo não esse const que casas ma e no. l turas de, ci passu litar. dias vés e vi. cano calço cenã de n fazia pare sem vos Clar diar Inge ludi

Di mav Em arei Na ro t nos ou t no e si jagi fom pôd S olh go Ele tes as sas rijk os pel era til. aft pr Ne en Po Oc sei tu jo, da ni co m a á m el q h n r tu c d p t h p v s r

PORTUGAL
DEMOCRATICO

COMO DESERTEI

Colonialismo e Anti-Colonialismo

Alfere José Moura Pimenta

I

Nova Lamego, na região de Gabu Sara, é uma aldeia africana. O fato de existirem algumas construções de dois pisos, no velho estilo colonial, com longos varandins a toda a volta, não lhe modifica esse aspecto de aldeia de África. Rodeando o núcleo principal, proliferam as casotas de adobe sem reboco e de teto de colmo, retangulares ou redondas. Os reflexos da civilização colonial portuguesa estão bem patentes nestes "musseques" dentro dos quais homens e mulheres, crianças e animais vivem numa promiscuidade obscena e humilhante, humilhante para eles, africanos, vítimas da opressão colonial, humilhante para nós, colonizadores, como prova do nosso desinteresse criminoso pelas condições de vida dos povos sob nosso jugo.

Domingo, 26 de Maio. Fazia precisamente 15 dias de estada na Guiné dita portuguesa. Tinha chegado a um sábado, 11 de Maio, num DC6 da Força Aérea, dando, em seis horas, um salto de um ambiente europeu para uma região cujas características se mantinham tão visivelmente coloniais que, essas 6 horas de intervalo me pareceram uma espécie de viagem de retrocesso no tempo, à Welis. Não estava no século XX, mas no século passado no período áureo do colonialismo. A própria Capital Bissau, não escapou a esse desanimo e a esse choque que foi para mim a constatação do atraso flagrante em que se encontrava a Guiné. Nas casas, nas ruas, nas gentes, a mesma e comum sensação de abandono. Por todo lado, militares e viaturas do exército. (Pude, mais tarde, constatar que toda a Guiné não passava de um vasto bivaque militar...). E quando, após alguns dias em Bissau, parti de jipe através de Mansoa, Mansabá e Bafatá e vi, ao longo da estrada, os africanos, em trajes miseráveis, descalços, às vezes em tanga, me acenarem, um mal-estar se apossava de mim. Aqueles "adeus" que me faziam tinham um sabor coercivo, pareciam ser impostos. Um rosto sem sorriso, uns olhos inexpressivos e uma mão que acenava... Claro que estas manifestações podiam agradar aos salazaristas e aos ingenuos: a mim, porém, não me iludiam.

II

Domingo, 26 de Maio. O sol queimava. O calor secava a garganta. Em Nova Lamego, nas ruas de areia vermelha, o pó não se erguia. Na "tabanca" (1) rescendia o cheiro adocicado dos temperos africanos. E sobre os telhados de zinco ou de madeira, ou planando lá bem no alto, no azul, num vôo parado e sinistro, as silhuetas negras dos jagodis, asas abertas, entreteendo a fome de sangue e carne, fresca ou podre.

Subo à varanda e quedo-me a olhar a gente que passa. Ao domingo o fula gosta de vestir "ronco". Ele é valioso. Passeia as suas vestes de cores berrantes, enquanto as bajudas (2) ostentam orgulhosas os seiozinhos bem torneados e rijos. Recordo Lisboa, a família, os amigos, lembranças suscitadas pelo contraste. Aquele ambiente era estranho para mim, quase hostil. Quando uns olhos negros de africano me fixavam, sentia o desprezo frio que se vota aos intrusos. Nem me sentia em Portugal, nem entre portugueses. Sabia bem que Portugal ficava no outro lado do Oceano... E se este ambiente era, segundo o mito salazarista, tão português como o Minho ou o Alentejo, porque diabo me corraíam saudades imensas da minha Pátria?

(Dias antes, lembro-me bem, tinha comandado uma pequena escola, numa patrulha de reconhecimento. 26 km. de viatura e 30 km. a pé, visitando as tabancas de uma área. "Djarama! Bissimila Djarama!" — saudava eu à entrada das aldeias. E fazia perguntas. Não as que devia militarmente fazer (se havia "pessoal bandido" — nacionalistas, e outras no género), mas relativamente à alimentação, instrução e condições sanitárias. Escolas, só encontrei uma, com uma dúzia de bancos, sob um telheiro pequeno, num régulo. Nas restantes aldeias, nada. Os próprios habitantes não só não sabiam o português, como nem sequer falavam o crioulo. No que concerne à alimentação, um "jarga" (3) pegou-me na mão e encostou-a à barriga,

querendo com isso dizer que estava vazia. Escassez de arroz. As crianças nuas que me rodeavam, os homens cuja pele mal desfarçava os ossos, os pedidos de comida que todos me faziam, eram suficientes para me encolerizar contra a miséria colonial).

(Depois houve a morte de um soldado. Por acidente, rebentou-lhe uma granada espanhola no bolso. Consternação e luto. Estava como oficial de dia. Recordo-me que um camarada, que comandava um reconhecimento, chegou, pálido, junto a mim e pediu-me que enviasse um rádio para Bissau, requisitando uma avioneta, e que tomasse providências imediatas, pois havia, devido à explosão, vários soldados dados feridos. Frontalmente, chamei o médico e enviei um rádio urgente. A resposta veio: "se o soldado era branco ou preto"!!! Exigi, de novo, a vinda da avioneta, o que só aconteceu 4 horas depois. Contudo, era já quase desnecessária, pois um homem tinha morrido, não resistindo a hemorragia. E na formatura da noite, após o minuto de silêncio que ordenei, as palavras de revolta e de dor brotaram incontidas, num apelo à paz, à fraternidade, evidenciando a estupidez da guerra colonial e o que havia de criminoso e explorador no colonialismo).

III

Domingo, 26 de Maio. O capitão pede-me que vá comandar o pequeno destacamento que comporta a equipe militar de futebol de Nova Lamego, pois pela tarde irá de frontar-se com a equipe militar de Piche, jogo a realizar nesta última povoação. (Entre parêntesis, para uma melhor compreensão, indico que Nova Lamego fica a 70 km. da fronteira com a República da Guiné, e Piche situa-se sensivelmente a meio-caminho entre aquela e esta). Recomenda-me que regresso cedo, pois o "Unimog" tem os faróis avariados.

14 horas. Sol implodido. A terra sua calor. Na estrada, o jipe e a pequena camioneta. Os soldados trocam graças, pois o futebol é sempre bom motivo para se esquecerem de que há uma guerra. Como-me dá essa alegria natural. Quem sabe se muitos deles, que agora se divertem infantilmente, não cairão, passado algum tempo, em defesa da Gouveia ou da Ultramarina? Quando tomariam eles consciência de que estão a ser vítimas de mitos criados pelos fascistas para esconderem vis interesses? Quando reparariam que estavam a praticar, nas colónias, uma ação odiosa, reprimindo os desejos de liberdade de um povo? Quando veriam eles que tinham sido enganados pelos banqueiros barrigudos e pelos generais "tachistas"? E os monopólios vão mantendo o lucro sobre o sangue e sobre a carne dos soldados que morrem quase anónimos numa morte sem glória... E os capitalistas vão enchendo o papo sobre as lágrimas das mães e o luto das noivas... Ah, povo, acorça desse teu sono letárgico: olha-te e mira a tua força! Não permitas que teus filhos cerrem os olhos sob o estigma da indignidade...

IV

— Tudo pronto? Em marcha rapazes.

Os motores roncam, os carros rodam primeiro lentos, depois mais rápidos, seguros da sua rota. Atrás, uma cortina de pó. De cada lado do caminho, o mato, onde bandos de macacos-cães apontam seus longos focinhos em nossa direção e nos uivam a palavra "intrusos". De vez em quando, uma ponte de madeira sobre um rio ergue um ruído seco à passagem das viaturas. Depois, Piche à vista...

Paramos num pequeno largo, logo rodeados por vários militares que nos saudam. A rivalidade entre os adversários começa, num ambiente de franco otimismo e camaradagem. Ainda o desafio não teve início, e já se estão a desafiar...

Entretanto, uma placa indica Buruntuma a 37 km. Aí se encontra a fronteira...

V

São 16.30 hs. O jogo está a meio. Após uns minutos a assistir, saio calmamente do campo e passeio por Piche. A estrada para Buruntuma exerce-me o fascínio da libertação. Mas entre Piche e a fronteira, os 40 km. são quase um

obstáculo. Penso fazer o caminho a pé. Impossível. Seria descoberto e apanhado. Depois, se me metesse no mato, perder-me-ia, pois não o conheço... De súbito, os meus olhos detêm-se numa camioneta. O cérebro trabalha rapidamente e com lucidez. Peço a um garoto que me conduza ao patrão do veículo. Um libanês. Ao lado dele, um cipalo. Ponho-me em guarda. Em estilo de conversa, sem pressas, digo que queria visitar o alferes de Buruntuma, enquanto o jogo se desenrola. Pergunto-lhe qual o preço da viagem de ida e volta, 500\$00. Vão chamar o motorista africano, que só após 15 minutos aparece. Estava fatigado. Tinha feito há pouco outra viagem, e só à custa dos pedidos do patrão acedera. Fumo um cigarro que o libanês me oferece, enquanto se verifica o óleo e a água da camioneta. Tudo se processa numa lentidão enervante. Por fora, estou calmo e absolutamente seguro de mim. Por dentro, ferve. Os minutos correm lentos, mas o sol vai declinando... Enfim, após algumas tentativas frustradas, a viatura estremece num trepidar cansado...

VI

A camioneta segue lenta. Entre os 40 e os 60 kms./h. Sei que se descobrem a minha fuga, ou me perseguem de jipe e facilmente me alcançam, ou enviam um rádio para Buruntuma e lá obstroem a estrada. Nenhum "alibi" seria bastante lógico para justificar a minha saída de Piche. Acresce que associariam o fato à ação revolucionária anterior, junto do destacamento de Nova Lamego. Sem dúvida, seria preso e enviado para Lisboa, como já acontecera a tantos outros.

VII

Quando Buruntuma apareceu, já o sol se enterrava no horizonte. Alguns militares olham-me com estranheza. Na verdade, era bizarro encontrar-se um oficial dentro de um caminhão de carga civil.

Junto à barragem, pago ao motorista e desço. Os acontecimentos precipitam-se. Uma cancela. Uma pequena passagem, próxima de um pau de bandeira que arvora a bandeira nacional. Dois soldados "indígenas" fazem guarda. Em estilo de passeio, com o máximo sangüefrio, passo a cancela. Os galões de alferes levam os soldados a perfilar-se e fazerem-me a continência. Correspondo com um descontraído "oiá rapazes!". A estrada sobe. Sei que da barragem portuguesa à da Rep. da Guiné vão cerca de 800 metros. Aproveitando um acidente do terreno, corro para o mato. A tempo. Passo um pequeno ribeiro, quase seco naquela altura. De repente, aos meus ouvidos atentos chega o ruído de um jipe. Atiro-me para o chão, atrás de arbustos e observo. A estrada estava a ser já patrulhada por elementos militares. O alarmo tinha sido dado. Ergo-me e interno-me ainda mais no mato, numa corrida desesperada. Vou encontrando alguns africanos, a quem pergunto angustiado a direção de "La-Guinée". O suor escorre-me pelo corpo, confundindo-se com a lama e o pó.

Um descampado, e ao longo dele uma aldeia. Ouço falar francês e vejo uma bandeira tricolor. Sentia-me cansado e emocionado. O duro sabor do exílio começava ali, em Kandika, posto fronteirizo da República da Guiné. Mais do que nunca amava a minha Pátria e o meu Povo. Mais do que nunca sentia ódio por esse regime criminoso que me tinha afastado dos meus entes queridos, dos meus amigos e do meu País, enviando-me para uma guerra injusta, tentando obrigarme a matar e a torturar homens que eram culpados de quererem ser livres. Mais do que nunca me sentia disposto a participar, por todos os meios, na luta imperiosa contra o fascismo e o colonialismo. Mais do que nunca me sentia orgulhoso de mim próprio, pois não me tinha vendido, não me tinha tornado criminoso, não tinha traído a minha dignidade.

Em Kandika começava o exílio. Mas sabia que não era o fim. Uma esperança imensa dava-me coragem para suportar a momentânea separação...

- (1) — aldeia africana
- (2) — rapariguinha entre os 15 e os 22 anos
- (3) — chefe de tabanca

PRISAO DE ESTIVADORES

Três mil estivadores africanos do porto de Lourenço Marques estiveram em greve no fim de Agosto p.p., exigindo aumento substancial de salários. Quarenta estivadores, que se recusaram a voltar ao trabalho, foram presos.

NACIONALISTAS MOÇAMBICANOS RECEBEM ARMAS

O Dr. Eduardo Mondlane, leader da FRELIMO, anunciou num comício em Dar-es-Salaam, no princípio do mês de Setembro, que a sua organização recebera um grande fornecimento de armas, de fonte que não identificou. "A Liberdade para Moçambique jamais será alcançada sem guerra" — declarou o Dr. Mondlane.

O LIBANO CONTRA SALAZAR

O Líbano juntou-se à já longa lista de países africanos e asiáticos que estão dispostos a levarem às últimas consequências a sua solene condenação do colonialismo salazarista. Assim, num comunicado conjunto argelino-libanês publicado em 29 de Agosto p.p., o primeiro ministro libanês, Dr. M. Flkini, prometeu, juntamente com o presidente Ben Bella, todo o seu apoio aos povos de Angola e Moçambique. Entretanto, o governo libanês proibiu já os aviões portugueses de atravessarem o espaço aéreo do Líbano.

200 MIL ANGOLANOS NO CONGO

De acordo com declarações do Rev. Clifford Pearsons, da Missão Baptista, mais de duzentos mil refugiados angolanos se encontram atualmente no Congo (Léo). O Rev. Pearsons passou recentemente nove semanas no Congo, falando aos refugiados. Numa carta para "The Times", de Londres, o Reverendo negu terminantemente a afirmação de um membro da Embaixada portuguesa na capital britânica segundo a qual mais de 250.000 refugiados haviam regressado a suas lares.

COLABORAÇÃO RACISTA

Na sequência do estreitamento de relações de todo o tipo entre as duas grandes potências colonialistas da África austral — Portugal e União Sul Africana —, foi recentemente anunciado que o governo sul-africano contribuiu com 3.800.000 R para a construção de um aeroporto na ilha do Sal (Cabo Verde), para nele poderem aterrar livremente os aviões da South Africa Airways.

EFETIVOS PORTUGUESES EM MOÇAMBIQUE

Segundo o boletim de informação da FRELIMO, os efetivos das for-

ças militares portuguesas em Moçambique ascendem presentemente a 80.000 homens, a maioria dos quais se encontra nas imediações da fronteira Noroeste. Essas tropas realizam constantes manifestações de força para amedrontar as populações.

PROMOÇÃO DE UM CARRASCO

Foi recentemente nomeado presidente dos Serviços de Coordenação e Centralização de Informação, em Lourenço Marques, o conhecido esbirro policial Ivens Ferraz de Freitas, tristemente célebre pela forma criminosa como exerceu o cargo de Juiz do Tribunal Indígena do Concelho da capital moçambicana. O novo organismo fascista tem por objetivo preparar o programa das visitas dos políticos e jornalistas estrangeiros convidados a visitar a colônia.

1.000 PRESOS POLITICOS!

Nos cárceres da PIDE em Lourenço Marques encontram-se, alguns há mais de 18 meses, cerca de 1.000 presos políticos, submetidos a constantes maus tratos.

PORTUGAL
DEMOCRATICO

DIRETOR RESPONSÁVEL
Otávio Martins de Moura

SUCURSAL
Rig de Janeiro: Rua General
Pedra, 215 — Telefone: 43-0202

REPRESENTANTES

RECIFE: Manuel Luis Fernandes e Angelo Ferreira da Silva — Av. Dantas Barreto, 564 - 9.º - sala 908

CURITIBA — A. Ferrer — Rua João Pessoa, 67

LONDRINA: Julio Duarte — Caixa Postal 1.229

FORTALEZA: Dr. Carlos d'Almeida — Av. Visconde de Caupe, 2.853 — Ceará

PORTO ALEGRE: Carlos Noronha Feio — R. Dr. Flores, 96 — Rio Grande do Sul

PELOTAS: Heitor M. Bandeira — Rua 7 de Setembro 312 Pelotas — Rio G. do Sul

SALVADOR: Américo Carvalho — Av. Sete, n.º 1 — Edifício Sulacap, 215 — Salvador (Bahia).

INGLATERRA: Grupo de portugueses democratas da Inglaterra (GPDI) 4. Sherwood Gardens, Barking, Essex.

CANADÁ: Portuguese Canadian Democratic Association 47 Barrymore Road — Scarborough — Ontário — Canadá

VENEZUELA: Junta Patriótica Portuguesa — Apartado 8237 — Caracas

ARGENTINA — Manuel Lopes — Benito Perez Galdos, 222 — Buenos Aires

URUGUAI — Junta Patriótica Portuguesa del Uruguay — Casilla de Correo, 2.128 — Distrito 5 — Montevideú

CHECOSLOVAQUIA: João Ribeiro — Postovní Urada — Jindriská, 15 — Schránká 646 — Praha

REDAÇÃO

Rua Conselheiro Furtado, 191 Sala 2 — Caixa Postal 4.469 Tel.: 37-0933 — São Paulo

EXPEDIENTE

Dias úteis: das 19 às 22 horas
Sábado: das 15 às 19 horas

Numero avulso .. Cr\$ 30,00
Assinatura anual .. Cr\$1.000,00
Ass. p/ o Exterior US\$ 10,00

Ano VIII - N.º 76 - Out. - 63

Os artigos assinados traduzem apenas a opinião de seus autores, sendo por conseguinte de sua exclusiva responsabilidade.

Simbolo e Mito do 5 de Outubro

MARIA ARCHER

Em toda a juventude ouvi clamar os paladinos da República dentro da minha própria família. Formou-se assim, nos fundos arcaicos do meu psiquismo, e radicou-se para sempre, o mito da República como forma de governo justo, regulador da sociedade, depurador dos assomos do egoísmo humano.

Criou-se e engrandeceu-se esse Mito nas gentes da minha geração Homens e mulheres o endeusaram. Primos e primas, amigos, companheiros de escola, mais velhos uns, mais novos outros, todos sabíamos que em 5 de outubro um punhado heróico de revoltosos tinha abalado, pelos alcances, o Trono magestoso com oito séculos de História e posto em fuga um Rei gerado por outros Reis em linha progressa até aos primórdios do reino de França, dos frausos e etc.

Ficou na minha geração esse mito de 5 de outubro, uma claridade de esperança esplendendo da fogueira que consumira o Trono, tornado símbolo do tempo em que o Terceiro Estado fazia, por si só, o trabalho necessário ao sustento de toda a sociedade.

A minha geração sabe, como eu, como todos nós, que a República saída do 5 de outubro não transpôs para o positivismo das realidades a ansiedade de justiça social latente no nosso povo. Alguns a culpam. Eu não, e comigo seguirei legião. Nós sabemos que os nezeses anos de vida da República foram atribulados e limitados por tão grandes entraves que os seus homens de Governo mal puderam ocupar-se doutro assunto que o político, atinente à salvação do regime. Luta pela sobrevivência, primordial em qualquer merciano.

Imediatamente após a implantação da República houve a reação monárquica, a dos aristocratas, a dos latifundiários, a da burocracia, a dos generais, a dos altos e baixos poderes da Igreja, que fomentaram, durante 10 anos, as invasões, pela fronteira de Espanha, de hostes militarizadas, bem armadas, fortemente secundadas por levantes internos a que aderiam as camadas mais embrutecidas da população. Um desses movimentos conseguiu restaurar no Porto, por uns dias, a dinastia dos Braganças, embora sem nenhum Bragança presente; e não se pode esquecer, sem injustiça, que, de 1914 a 1918, Portugal esteve na 1.ª Grande Guerra, como beligerante, mantendo exércitos em acção na Europa e na África. O Governo da 1.ª República fez frente à guerra civil e à guerra no exterior. Não é digno pedir contas das reformas sociais esquecidas a esses homens que, em 16 anos de Governo, (que tantos durou a República desde o 5 de outubro até à ditadura militar) aguentaram 4 anos de guerra com a Alemanha e 10 de guerra civil.

Após os 16 anos de democracia a república veio a catastrophe da ditadura militar, Salazar e o seu salazarismo que reduziram Portugal ao posto de nação com o mais baixo nível de civilização da Europa. O País mantém ainda a etiqueta de República nas moedas, nos selos postais, no papel timbrado dos Ministérios, mas nós sabemos que, na realidade, sofre, outra vez, um governo monárquico, uma Tirania,

uma Ditadura, monarquia sem trono e sem Rei. Monárquico, do grego monos, um só, e archelm, comando. Monárquico, não apenas porque o governo é um homem só, como porque esse homem governa pelos métodos mais arcaicos e repulsivos, os que foram usados, outrora, pelos Reis absolutistas, de poder absoluto e de ciência certa, de tão triste memória mesmo para a realeza.

E estamos assim, nesta neo-monarquia absoluta, há quase 40 anos. Certo de meio século após a Alcaçer-Kibir em que sossobraram a liberdade e a democracia em Portugal! Perto de meio século em que o simbolismo do 5 de outubro se sublima no mito da recuperação de Portugal. Perto de meio século em que, no segredo de cada consciência, foram julgados e absolvidos os homens que não ergueram, com a 1.ª República, o edifício da justiça social. Homens tão ingéniosos como os demíurgos da Revolução Francesa esses que estabeleceram sólidamente o arcaboço da igualdade política e deixaram em segundo plano a igualdade económica. Remember para nós, os de hoje, lembrança, para nós, que sabemos que o substratum económico é o chão fecundo da desigualdade.

Porque o 5 de outubro continua a ser um símbolo de justiça social e ora é mito que outros heróis não de escrever com feitos contados na História! Já hoje os homens da República nos parecem gigantes e as páginas que neles recriam comovem-nos como a prosopopéia do Adamastor. Perto de meio século a ser percutido e desbastado pelo salazarismo e o mito do 5 de outubro conserva-se intacto no seu potencial dinâmico. Nada perdeu em conteúdo ideológico e força propulsora. Avoluma-se, mesmo, a magia da invocação e o poder do seu sortilégio.

Sabemos que, para derrubar o salazarismo, precisamos de um novo 5 de outubro, prologo da 2.ª República. A 2.ª República portuguesa tem o dever de cumprir as promessas contidas no 5 de outubro, as de há meio século e as que o vêm insuficiando, dia a dia, ano a ano, conforme a consciência universal se cristianiza e a "rebelião das massas" se acentua. As promessas de 1910 não correspondem às solicitações da ansiedade contemporânea! 1910, como 1792, são marcos históricos ultrapassados.

Tivemos, em 5 de outubro de 1910 homens de pés descalços, armas na mão, guardando os Bancos da cidade de Lisboa, porque os revolucionários portugueses nunca foram nem são ladrões. Mas fomos e somos roubados. Essa contradição iniludível é que não pode repetir-se no novo 5 de outubro que nos espera.

A minha geração está com a República e o 5 de outubro. Continuamos soldados da República e do 5 de outubro! Estamos presentes mas não para sermos roubados. Estamos presentes mas contamos com os novos conceitos de educação social, a nova justiça social, a nova sociedade politizada e consciente, a nova ética da propriedade e do Estado, o cristianismo do Grande Papa João XXIII, a fim de que nunca mais, em terras portuguesas, homens de pés descalços

de armas nas mãos, guardem os Bancos em que se amontão o dinheiro dos fascistas do mundo ocidental e cristão

Esse mundo ocidental e cristão que, na frase de D. Elton Trueblood (in Seleções, junho 1963, pág. 47) fica tão indignado ao ver criticado o cristianismo como ao vé-lo praticado

A proclamação da República

ARMANDO CORREIA PINTO

Estamos em 1910. Por todo o País se desenvolve a propagação dos ideais republicanos. De Norte a Sul de Portugal, os grandes vultos da REPUBLICA — dr. Antonio José d'Almeida, dr. Afonso Costa, dr. Alexandre Braga, dr. Bernardino Machado, dr. Brito Camacho, dr. João de Meneses e tanto outros nomes queridos do Povo, que acoore em massa para ouvir seus entusiásticos discursos, profugando os desmandos dos governos monárquicos e expondo o caminho do progresso do País.

Em Negrelos, pequena Vila a 30 km do Porto, Marinha de Campos, jovem guarda marinha, galvaniza toda a população da região, a tal ponto que os operários da grande fábrica textil do Conde de Vizeia, ao darem conta do comício republicano, deixam paradas as máquinas para irem ouvir o propagandista da REPUBLICA. E assim acontece por toda a parte, por todo PORTUGAL. Os ideais republicanos conquistaram o povo português e o povo português, com militares e marinheiros, proclamou a REPUBLICA em 5 de Outubro de 1910. E era ver a alegria desse Povo, por todo o País, com a proclamação da sua REPUBLICA. E era ver esse povo, faminto e esfarrapado, lutando e morrendo nas barricadas da ROTUNDA, pela vitória da sua REPUBLICA. Sim, era ver esse Povo, descalço e em camisa, de espingarda em punho, de guarda aos Bancos e edifícios públicos, para que a proclamação da sua REPUBLICA não ficasse manchada por um ato menos digno.

Foi assim a proclamação da REPUBLICA EM PORTUGAL.

Uma lição atual

MANUEL SERTÓRIO

Cinquenta e três anos se passaram desde o triunfo armado das forças populares e dos militares republicanos sobre as forças defensoras das velhas instituições monárquicas. Por menos dinâmica que tivesse sido a sociedade portuguesa, demasiadas teriam de ser, ainda assim — como são — as diferenciações sociológicas entre o Portugal de 1910 e o de 1963 para nos permitirem paralelismos simpatistas.

No entanto, a forma como se processou a implantação armada da República em Portugal fornece preciosos ensinamentos para a derubada do salazarismo.

Ninguém procurou, em 1910, a solução do problema nacional na acção das chancelarias estrangeiras. Ninguém pretendeu aliciar para a República os altos jerarcas militares da monarquia. Ninguém esperou que as desinteligências entre os partidários do antigo regime (e muitas existiam) abrissem as portas para o novo regime. Ninguém organizou vários partidos republicanos para fazerem uma só República. Ninguém pensou que um movimento nacional que deveria ser de ampla libertação das massas populares se pudesse fazer sem o concurso dos grupos revolucionários mais activos e que representavam os verdadeiros anseios dessas massas.

Também hoje a derrubada do fascismo não deverá ser estorvada

O presidente do Brasil agradece telegrama de solidariedade da UDP

Após o comício salazarista do dia 27 de Agosto p.p., a Unidade Democrática Portuguesa enviou um telegrama ao Presidente da República do Brasil, repudiando os insultos dirigidos naquela concentração fascista à Nação brasileira e à pessoa do seu chefe. Em resposta a essa mensagem, cujo texto reproduzimos em nosso último número, o presidente João Goulart, por intermédio do seu gabinete, telegrafou à Comissão Executiva da Unidade Democrática Portuguesa, agradecendo "as expressões da solidariedade manifestada".

Unidade e Organização

VICTOR RAMOS

Mais um 5 de outubro comemorado com Salazar no poder. A primeira conclusão do exame de consciência a que todos os anti-fascistas portugueses devem proceder neste dia parece ser de carácter bastante melancólico: cada ano que passa representa mais uma esperança frustrada, e dessa frustração resultam manifestações de uma impaciência que já não se dissimula e de um desânimo que já não se esconde.

Mas haverá razões, concretas e objectivas, para nos desanimarmos e exasperarmos? Recordemos primeiro, nesta data da República, o longo caminho percorrido, desde a manifestação do 5 de outubro, logo no após-guerra, junto do monumento a António José de Almeida, em que o entusiasmo e a coragem supriam a falta de organização, até os choques de rua, verificados no ano passado em Lisboa e Porto, disciplinados e planeados, numa pré-figuração do movimento insurreccional que derrubará o fascismo. Não poderemos sem ingratidão e sem flagrante injustiça para com aqueles que sacrificaram a vida ou a liberdade, considerar inútil e infrutífero o trabalho lento e paciente que permitiu estruturar acções dessa envergadura.

Reconhecamos, além disso, que, se o salazarismo tem sabido aproveitar as vicissitudes da situação internacional para manter fluindo o seu barco furado, e, usando de métodos primários mas seguros para nos conservar divididos e enfraquecidos, é inegável que a conjuntura internacional, nos últimos tempos, voltou a apresentar um aspecto favorável à nossa acção. O desanuviamiento do horizonte da guerra fria e o irreversível processo de descolonização, geraram

condições em que o nosso trabalho se pode desenvolver com muito mais eficiência. Parece, portanto, que um exame lúcido da situação não nos colocará, forçosamente, em posição de desânimo.

Por outro lado, entretanto, é do conhecimento desta situação internacional favorável que, paradoxalmente, alguns de nós pretendem retirar elementos justificando a segunda posição de que se fala neste exame de consciência: a de exasperação. Em princípio, a impaciência daqueles que, aproveitando condições objectivas que consideram favoráveis, pretendem lançar-se já na luta final, é compreensível e respeitável. Quem, dentre os que lutam desde sempre contra o salazarismo, não atravessou já uma fase semelhante? Só os adventícios (e os comodistas) não compreenderão esta vontade dos que se querem atirar ao combate direto, achando que a preparação da batalha já levou tempo demais.

Não será, entretanto, apressado e superficial esse conhecimento das chamadas condições objectivas que os leva a exigir, a todo o preço e para já, a luta que varrerá o regime? Pode a conjuntura internacional ser propícia, até certo ponto, aos nossos objectivos. A verdade, porém, é que ela não é o fator fundamental. E as notícias da frente interna, que é evidentemente onde tudo se decidirá, não são de molde a incitar-nos a falsas esperanças. Aqui, também, só os adventícios (e os irresponsáveis) recusarão reconhecer aquilo que a experiência largamente ensina: uma ofensiva prematura e mal estruturada não só está fadada ao insucesso imediato como poderá comprometer e adiar o golpe final.

Neste 5 de outubro, pois, a maneira mais digna de homenagearmos a República e de honrarmos os mortos e os torturados da luta anti-fascista, é o trabalho contínuo e igual, mas sem desânimos, é a organização quotidiana e incansável, mas sem impaciências, que preparará, numa atividade por vezes inglória, a derrocada final do fascismo salazarista.

Saudação

A República ah! a República de Portugal, do nosso Portugal! Sem dúvidas não é essa com que sonhamos. Mas era uma esperança. E que diz o ditado? Que é a última que morre.

Sergio Millet

PORTUGAL, DEMOCRÁTICO
R. Com. Furtado, 191, CP. 4689 — SP, Brasil
Endereços de Assinantes



Marinheiros e civis republicanos, a caminho da Rotunda, em Lisboa, no 5 de outubro